



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL – UADSS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ROSANA LÚCIA DA SILVA GOMES

**O LUGAR DA MULHER NEGRA NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL – UFCG/CAMPUS SOUSA.**

SOUSA – PB

2023

ROSANA LÚCIA DA SILVA GOMES

**O LUGAR DA MULHER NEGRA NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL – UFCG/CAMPUS SOUSA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Anderson Henrique Vieira.

SOUSA – PB

2023

G6331 Gomes, Rosana Lúcia da Silva.

O lugar da mulher negra no curso de Serviço Social – UFCG/Campus Sousa / Rosana Lúcia da Silva Gomes. – Sousa, 2023.

62 f. :il. color.

Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Prof. Me. Anderson Henrique Vieira".
Referências.

1. Ensino Superior. 2. Ações afirmativas. 3. Desigualdade de Gênero. 4. Racismo. I. Vieira, Anderson Henrique. II. Título.

CDU 305-055.2:323.13(043)

ROSANA LÚCIA DA SILVA GOMES

**O LUGAR DA MULHER NEGRA NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL – UFCG/CAMPUS SOUSA.**

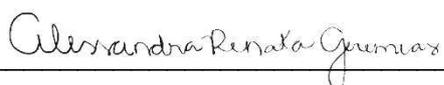
Aprovado em: 16 / 02 / 2023 .

Banca Examinadora:



Prof. Msc. Anderson Henrique Vieira

Orientador



Alessandra Renata Geremias

Examinador 1



Leandro Sobral de Lima

Examinador 2

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe/avó Tereza Santana (in memoriam), cujo empenho em me educar sempre veio em primeiro lugar e aqui estão os resultados dos seus esforços com muito trabalho, garra e determinação. Com muita gratidão dedico a ti que foste minha inspiração para realizar este trabalho e por ter sido a minha base para me tornar a pessoa que sou hoje.

Dedico este trabalho ao meu marido José Natan, que deu todo suporte e incentivo para que eu pudesse desenvolver este projeto, e por cuidar da manutenção do lar enquanto eu permanecia ocupada com este projeto. Grata por me ajudar a realizar este sonho.

Dedico aos meus filhos Nalbert Ryan, José Rennan e João Gabriel, por serem minha razão de viver e espero que eu sirva de exemplo e inspiração para vocês.

Dedico a toda minha família principalmente as mulheres, por serem as primeiras mulheres negras ao qual tive meu primeiro contato e, ao acompanhar suas trajetórias educacional, profissional e pessoal, pude perceber o quão nós mulheres negras somos fortes, guerreiras e batalhadoras, principalmente, por passarmos por situações desagradáveis, mas que nunca desistimos dos nossos sonhos.

Dedico este trabalho a minha amiga Caren Raysa, que foi uma fonte inesgotável de apoio que sempre esteve ao meu lado e não soltou a minha mão durante todo o processo, e por ser uma mulher negra inspiradora. Obrigada por tudo amiga!

Dedico este trabalho a todos(as) que fazem o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa; A todo corpo docente e discente, a quem fico lisonjeada por dele ter feito parte; Ao meu orientador Anderson Vieira, sem o qual eu não teria conseguido concluir esta difícil tarefa. Toda minha gratidão!

E por fim, mas não menos importante, dedico este trabalho à todas as mulheres negras docentes, discentes, técnica-administrativas e terceirizadas. Pois, foi pensando nestas mulheres que executei este projeto. Dedico também a todas as pessoas, a quem esta pesquisa possa de alguma forma ajudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido saúde e forças para enfrentar todos os momentos difíceis desta longa jornada e até aqui;

Agradeço a meus filhos Nalbert Ryan, José Rennan e João Gabriel por terem aguentando meu distanciamento e falta de atenção;

Agradeço a meu marido, José Natan por todo apoio e compreensão;

Agradeço as minhas três Marias minhas tias/irmãs/mães Maria do Socorro, Maria dos Remédios e Maria de Lurdes, por todo amparo e incentivo;

Agradeço aos meus e minhas primas(os), Mireli Gomes, Miller Aislan, Nadila Talita, Mônica Eribruna, Nadja Klenia, Michael Jordan, Rubismara Cristina e Emily Rayla por sempre me incentivarem;

Agradeço a toda a minha família intitulada Família Silva ou Mundisa Silva, meus tios e suas esposas e filhos(as);

Agradeço pelo apoio e incentivo das(os) amigos(as), Giselia Dias, Ana Vitória, Caren Rayssa, Antônia Bezerra, Filipi Wesley, Carlos Vinicius e Marta Cibely.

Agradeço a todo o corpo docente do curso de Serviço Social da UFCG, Campus Sousa, por todos ensinamentos e experiências compartilhadas nestes anos de graduação;

Agradeço as minhas orientadoras Renata Alessandra e Clariça Ribeiro e ao meu orientador Anderson Vieira, por toda compreensão e por terem me orientado durante todo o processo de execução deste trabalho.

“Ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo... Olham para os nossos corpos nos diminuindo, investigam se debaixo do turbante tem droga ou piolho, negam a nossa existência.”

Marielle Franco.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Art.	Artigo
CCJS	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CF	Constituição Federal
CP	Código Penal
CSS	Curso Serviço Social
HU	Hospital Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAEG	Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação
PB	Paraíba
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UADSS	Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

A inserção da mulher negra na educação ao longo do tempo sofreu consequências direta da escravidão no Brasil, deixando essa população alijada de vários espaços da sociedade, em especial das escolas e das universidades. Nesse sentido questiona-se: Qual o lugar das mulheres negras no curso de Serviço Social, Campus Sousa? Pode-se pensar a educação como método de resistência para mulheres negras superarem a realidade limitadora imposta pelo capitalismo? A pesquisa justifica-se pela experiência pessoal desta autora, quando ao inserir no espaço universitário, por meio das vagas reservadas na cota racial, aos poucos observou-se a reduzida presença de mulheres negras nos espaços da universidade e ao decorrer, a evasão dessa minoria. O estudo objetivou analisar a representação da mulher negra na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, no curso de Serviço Social. Como objetivos específicos: elaborar um referencial teórico-metodológico em relação as desigualdades sociais e raciais com ênfase nas questões de gênero no ensino superior; quantificar a representação da mulher negra no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa; e, compreender qual é o papel das mulheres negras inseridas no Curso de Serviço Social. A pesquisa foi do tipo descritiva e bibliográfica, com abordagem quantitativa. Para a coleta de dados utilizou-se questionário estruturado. Os dados coletados foram tabulados em planilhas do Microsoft® Office Excel® para confecção de gráficos e tabelas. Considera-se com esta pesquisa, que no Curso de Serviço Social, Campus Sousa, as mulheres negras encontram-se bem representadas nas categorias discentes e docentes. Os números são representativos como discente, se tornando um caso isolado da UFCG, porém, apresentam timidez por categoria no Curso de Serviço Social desta instituição, fato comprovado pela pouca representatividade na docência, bem como nas categorias técnico administrativo e terceirizada, quando não tiveram a representação do gênero feminino nem da raça negra, o que pode representar que as tradicionais concepções do feminino pré-definidos historicamente, ainda permeiam as práticas sociais, além de remeter à clássica divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Ensino superior; Ações afirmativas; Desigualdade de gênero; Racismo.

ABSTRACT

The insertion of black women in education over time suffered direct consequences from slavery in Brazil, leaving this population excluded from various areas of society, especially schools and universities. In this sense, the question is: What is the place of black women in the Social Service course, Campus Sousa? Can one think of education as a method of resistance for black women to overcome the limiting reality imposed by capitalism? The research is justified by the personal experience of this author, when entering the university space, through reserved places in the racial quota, little by little the reduced presence of black women in university spaces was observed and, in the course, the evasion of this minority. The study aimed to analyze the representation of black women at the Federal University of Campina Grande, Campus Sousa, in the Social Service course. As specific objectives: to develop a theoretical-methodological framework in relation to social and racial inequalities with an emphasis on gender issues in higher education; to quantify the representation of black women in the Social Service Course at the Federal University of Campina Grande, Campus Sousa; and, understand the role of black women included in the Social Service Course. The research was descriptive and bibliographical, with a quantitative approach. For data collection, a structured questionnaire was used. The collected data were tabulated in Microsoft® Office Excel® spreadsheets to make graphs and tables. With this research, it is considered that in the Social Work Course, Campus Sousa, black women are well represented in the categories of students and professors. The numbers are representative as a student, becoming an isolated case of the UFCG, however, they are shy by category in the Social Service Course of this institution, a fact proven by the low representation in teaching, as well as in the technical administrative and outsourced categories, when they did not have the representation of the female gender or the black race, which may represent that the traditional historically pre-defined conceptions of the feminine still permeate social practices, in addition to referring to the classic sexual division of labor.

Keywords: University education; Affirmative actions; Gender inequality; Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AS DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS COM ÊNFASE NAS QUESTÕES DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR	14
1.1 MULHER E EDUCAÇÃO	14
1.1.1 Perfil de Mulheres no Ensino Superior no Brasil	21
1.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E AS DESIGUALDADES RACIAIS	23
1.2.1 Gênero e Raça na Docência da Educação Superior Brasileira	30
2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFCG (CAMPUS SOUSA)	35
2.1 QUANTIFICAÇÃO FEMININA E SUAS CATEGORIAS	35
3 O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS INSERIDAS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFCG CAMPUS SOUSA	43
3.1 INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO CCJS/UFCG SEGUNDO O PERFIL SOCIOECONÔMICO	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXO – DECLARAÇÃO FORNECIDA PELA COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	60
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO/ENTREVISTAS – TCC	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, vem como ferramenta de reflexão e análise acerca da inserção da mulher negra no curso superior, que ao longo do tempo, em consequência direta da escravidão no Brasil, essa população foi alijada de vários espaços da sociedade, em especial das escolas e, mais ainda, das universidades. Contudo, em meio as fortes pressões geradas pelos movimentos negros nos diversos períodos históricos provocaram-se mudanças nesta área.

Nessa senda, o trabalho visa identificar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras no espaço universitário propondo analisar o lugar ao qual estas mulheres estão inseridas, como também identificar a quantidade de mulheres negras atuantes como professoras e técnico-administrativas e inseridas como estudantes no curso de Serviço Social do CCJS/ UFCG.

Historicamente as mulheres independente de raça, luta por melhores condições de igualdade de oportunidades e pelo reconhecimento de suas capacidades, tendo em vista que as negras sentem mais essa desigualdade, pois além de sofrerem com a discriminação de gênero sofrem também com a discriminação racial.

No Brasil, o racismo se apresenta como um dos principais motivos de exclusão, lógica esta que também se reflete no ensino superior, na qual mulheres negras vivenciam situações desfavoráveis, onde neste contexto essas mulheres sofrem uma tripla discriminação sendo estas no âmbito racial, de classe e de gênero.

A posição a qual a maioria das mulheres negras se inserem e permanecem na universidade, é um assunto que exige discussões nas áreas do conhecimento de forma geral como também no campo profissional, sendo assim, para Almeida (2018, p. 30) “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição. Desta forma, se faz necessário em especial das pessoas que estão ligadas à educação, uma vez que docentes é também formadores de opiniões e por isso traz em sua função educacional e social o compromisso de se aprofundar sobre assuntos e discussões que venham a contribuir para a produção e reprodução de conhecimentos que visam uma tentativa de mudar posturas ainda preconceituosas, machistas e racistas que por sua vez excluem e dificultam a permanência de mulheres negras na universidade, de uma

forma geral do sistema de ensino, as impedindo assim de exercer o seu direito à educação.

Nesse contexto, a presente pesquisa justifica-se em um primeiro momento pela experiência pessoal desta autora, quando ao inserir no espaço universitário, por meio das vagas reservadas na cota racial, aos poucos pode observar a reduzida presença de mulheres negras nos espaços da universidade e ao decorrer do curso, a evasão dessa minoria. E assim observando essa evasão e tomando conhecimento dos diversos obstáculos e dificuldades enfrentados pelas mesmas para permanecer neste ambiente, percebeu-se ali um tema de extrema importância como objeto de pesquisa, e desta forma, visualizou-se que este tema deveria ser trazido a debate para que não só mulheres negras mas toda a sociedade se coloque a refletir sobre esta temática.

O interesse em desenvolver uma pesquisa concentrada nessa temática se justifica pela vontade de abordar questões essenciais ao entendimento da real situação da mulher negra na sociedade brasileira. Por essa razão, esse trabalho acadêmico pretende contribuir para o panorama científico nacional neste sentido, e aprofundar esta questão, com a intenção de servir como fomento para outras discussões sobre a importante temática para o desenvolvimento de políticas públicas coerentes com a realidade dessa população.

Assim, ao buscar sobretudo compreender os motivos dessa reduzida presença de mulheres negras na universidade, mesmo sabendo-se que na atualidade com as políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior, estas que visam o enfrentamento a desigualdade social no Brasil, ainda assim este é um país desigual, visto que a parte mais pobre e mais afetada pelas consequências dessa desigualdade é a população negra, e sendo as mulheres as que mais sofrem com a exploração dada dessas consequências, que esta estruturada em três aspectos sendo eles: o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Nesse sentido, a presente pesquisa é conduzida a partir da investigação da seguinte questão: Qual o lugar das mulheres negras no curso de Serviço Social da UFCG/Campus Sousa? Pode-se pensar a educação como método de resistência para mulheres negras superarem a realidade limitadora imposta pelo capitalismo?

Mesmo que nos últimos anos no Brasil a população negra tenha alcançado melhores níveis de escolaridade, devido as políticas de acesso ao ensino superior infelizmente ainda as vemos em menor número neste espaço, seja como estudantes

professoras ou ocupando cargos administrativos e (PORTELLA, 2022) ainda que tenha aumentado a inserção de mulheres negras nas universidades, infelizmente o que vemos na realidade ainda uma presença muito pequena das mesmas e este número se reduz ainda mais ao se tratar de professoras.

Partindo desse pressuposto, o objetivo geral desse estudo é analisar a representação da mulher negra na UFCG (Campus Sousa) no curso de Serviço Social. No que concerne aos objetivos específicos tem-se: elaborar um referencial teórico-metodológico em relação as desigualdades sociais e raciais com ênfase nas questões de gênero no ensino superior; quantificar a representação da mulher negra no Curso de Serviço Social da UFCG (Campus Sousa) entre docentes, discentes, técnicos administrativos e terceirizados; e, compreender qual é o papel das mulheres negras inseridas no curso de serviço social.

O delineamento da metodologia da pesquisa permitiu um vislumbre dos passos a serem cumpridos para a execução do estudo. Para o desenvolvimento de uma pesquisa se fez necessário a adoção de um rigor metodológico.

Para a alcançar os objetivos propostos, realizou-se um estudo de caso na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa, no Curso de Serviço Social. O estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32), além disso, “[...] contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p. 21).

Considerando os procedimentos, primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em que se buscou discutir a orientação da literatura com base em fontes secundárias, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses, além de fontes documentais oficiais. Para a pesquisa documental, se examinou registros de dados secundários disponibilizado pela coordenação do Curso de Serviço Social da UFCG, sobre o perfil socioeconômico das mulheres negras nas categorias propostas. A pesquisa documental é aquela em que a coleta de dados é realizada em documentos, que chamamos de fontes primárias, como, por exemplo, arquivos públicos: leis, ofícios, relatórios, atas, projetos de lei entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Considerando que este estudo de caso almeja verificar e debater a atual realidade vivida pelas mulheres do curso de Serviço Social da UFCG, adotou-se o

procedimento de pesquisa de campo. O tipo de pesquisa de campo caracteriza-se como estudo exploratório-descritivo que usa procedimentos específicos de coleta de dados, como, por exemplo, “[...] análise de conteúdo, para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 171).

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Sousa. A população foi constituída pelas mulheres negras do Curso de Serviço Social. A amostra foi composta de duas mulheres por categoria: docente, discente, técnico-administrativa e servidora terceirizada.

Outra técnica de coleta de dados utilizada nesse estudo, foi a aplicação de questionário para a amostra definida. O questionário “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 86). O questionário apresentou-se com questões abertas, aplicado em quatro categorias, buscando a dimensão: Dados Socioeconômico das entrevistadas.

Os dados coletados foram agrupados e tabulados em planilhas, e as análises realizadas com auxílio do Microsoft® Office Excel® para confecção de gráficos e tabelas.

O presente trabalho estruturou-se com os seguintes capítulos: No primeiro capítulo, realizou-se a abordagem dos aspectos fundamentais sobre as desigualdades sociais e raciais com ênfase nas questões de gênero no ensino superior, considerando o percurso histórico. Além disso, focará no perfil das mulheres inseridas no ensino superior no Brasil e as desigualdades raciais apontadas na instituição e, por fim contextualizando acerca do gênero e raça na docência, cujo estudo permitirá compreender essa representatividade na educação superior brasileira. O segundo capítulo, trouxe uma exposição da representatividade da mulher negra no curso de Serviço Social da UFCG, Campus Sousa. Ademais, fará uma abordagem da quantificação de mulheres negras nas categorias: docente, discente, técnico administrativa e terceirizada do curso de Serviço Social. Por fim, no terceiro e último capítulo, que se correlaciona com o capítulo anterior, abordará o papel das mulheres negras inseridas no curso de Serviço Social da referida instituição, destacando o perfil socioeconômico dessas mulheres, nas categorias propostas.

1 AS DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS COM ÊNFASE NAS QUESTÕES DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR

1.1 MULHER E EDUCAÇÃO

As desigualdades na educação se explicitam a partir das análises históricas ao revelar que em função da cor e sexo, ocorrem distâncias entre mulheres negras e brancas, e das mulheres negras em comparação aos homens brancos, configurando-se acerca desse aspecto histórico vulnerável da população negra, uma estratificação social (LIMA, RIOS e FRANÇA, 2013).

Entretanto, percebe-se a nitidez como é vista as desigualdades entre as mulheres, assim como as desvantagens dos homens negros, de modo que a raça negra, tornar-se um fator central no caráter estruturante para reproduzir essa desigualdade, perenemente na educação brasileira. Insta dizer, que há diferença muito discrepante entre mulheres de raça branca e negra, embora, seja considerada ainda melhor que a do homem negro (CARNEIRO, 2015).

O cenário apresentado refuta as compreensões de que os desafios para a garantia dos direitos das mulheres e da equidade de gênero já se encontram superados, e baseiam-se principalmente em relatórios produzidos pelo Estado brasileiro, como informa Rosemberg e Madsen (2011) que maior a escolaridade e melhor o desempenho das mulheres na educação ocorreu nas últimas décadas.

Para Rosemberg e Madsen (2011) a incorporação da agenda de gênero pelo Estado brasileiro, decorrente dos compromissos internacionais no campo da educação, resultou na analogia de gêneros no acesso e na progressão, mas sem eliminar as desigualdades entre as mulheres diante de sua cor (negra, branca ou indígena), da sua posição geográfica, seja ela oriunda da zona urbana ou rural, ou ainda pelas suas desigualdades do ponto de vista salarial comparado entre homens e mulheres, apesar de dotadas de mesmo nível de escolaridade.

Segundo Carneiro (2015) as mulheres possuem os melhores índices educacionais, situação essa, que não foi suficiente para promover a equidade entre ambas no Brasil, principalmente entre brancas e negras.

No Brasil, recorda-se que desde a década de 1980, as mulheres já ultrapassavam os homens em nível da escolarização, estando essas em plena atualidade educacional, apresentando os melhores indicadores no acesso escolar e

nela, o desempenho, chegando a superar os homens na obtenção de títulos de doutorado a partir de 2008. Embora haja desigualdade entre as mulheres, a educação apontou fortes indícios no seu investimento, para a melhoria de vida. Vale destacar, que as mulheres negras nas últimas décadas constituem uma população social com taxas de escolarização mais elevadas, no entanto, ao observarmos os dados referentes ao desemprego, rendimento e condições de trabalho, são nítidos os transtornos educacionais desse gênero, pois não refletem na realidade do mundo do trabalho (ONU, CDESCR, 2009).

Na opinião de Carreira *et al.* (2011), a educação passa a ser fundamental e importantíssima, mas para que haja transformação social nas desigualdades de gênero (quanto à renda, raça/etnia, campo/cidade, região, orientação sexual, existência de deficiência, etc) é necessário que nesse campo seja associado outras políticas, tornando tal quadro explicitamente indissociável e íntegro aos direitos humanos (CARREIRA *et al.*, 2011).

Diante disso, pode-se afirmar que os grupos sociais com a participação diferenciada é reflexo das distintas formas que marcaram a presença e a participação do gênero feminino de raças brancas, negras e indígenas no âmbito escolar, impossibilitando uma visão positiva um do outro.

Nesse contexto, tem-se que a trajetória das mulheres no campo da educação brasileira tem registro de passagens marcadas por restrições à sua participação. Em confirmação na visão de Carvalho e Rabay (2013) historicamente, a educação das mulheres caracterizou-se por exclusão e inclusão progressiva, impondo a segregação por sexo, áreas de ensino, e ainda por restrições disciplinares, estendendo-se ao trabalho reprodutivo e doméstico.

Para Carneiro (2015,) algumas concepções (científicas, religiosas, culturais e legais) puderam justificar os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres de todos os grupos raciais (brancos, negros e indígenas), que naturalizaram ideias de superioridade de uns e de subalternidade de outros, cabendo às mulheres de diferente pertencimento racial, igualdade de subordinação, restrição apenas ao espaço doméstico, com privação de algumas e de diversas formas de violações e violências para outras.

Isso remete ao período colonial, que era formado por grandes propriedades, com uma sociedade comandada por senhores donos de terras e com mão de obra de pessoas escravizadas. No entanto, nesse período, os jesuítas foram os principais

realizadores de uma educação que tinha por objetivo a difusão da fé católica (SAVIANI, 2007), onde este processo não se deu de forma pacífica pelos povos originários, mas que foi um processo violento e de apagamento cultural, sendo este um período marcado pela ausência da educação das mulheres, assim como, a sua construção social, cujo papel esteve voltado a servir aos interesses dos senhores donos de terras e religiosos, responsáveis por estagnar a educação das mulheres no Brasil levando a sua exclusão do processo de escolarização.

No século XVI a condição da mulher era de completa sujeição, além da situação de escravidão vivenciada por mulheres negras e indígenas nos países coloniais. A dicotomia homem e mulher (VASCONCELOS, 2011) bem como as representações dos lugares e funções sociais ocupados por estes na sociedade colonial brasileira, originam-se na Metrópole portuguesa e no modo como a elite intelectual portuguesa afirmava seu *status* de gênero e classe na educação, concepções adotadas pelas elites brasileiras.

Percebe-se que nesse período, as mulheres passavam por restrição ou impedimentos à sua escolarização, com acesso por parte das mulheres pertencentes a elite, da prática de estudos em âmbito doméstico, no papel de preceptoras, ou apenas em conventos, ao dedicar-se à vida religiosa ou outros conhecimentos como ler/escrever, normas religiosas e matemática.

No Brasil Colônia, a condição da população negra, em particular, da mulher negra, a violação sofrida por estas, por indígenas e miscigenados pelos senhores brancos, resultou na estruturação do mito democrático racial, vivo até hoje no imaginário social da sociedade brasileira com novas formas e funções, contribuindo assim nas concepções das relações de gênero pelos aspectos cor ou a raça (CARNEIRO, 2003).

A educação do período colonial destinava-se exclusivamente para uma pequena parcela da população brasileira, na sua forma doméstica, realizada habitualmente por mulheres (principalmente estrangeiras), com preceptoras ou professoras particulares, para a educação de filhos(as) das elites, a qual preparava homens e mulheres seus respectivos papéis sociais (VASCONCELOS, 2011).

A partir de 1758 começaram a ocorrer mudanças educacionais em decorrência das reformas pombalinas, que resultaram na abertura e instalação de escolas, com salas específicas para homens e outras para mulheres, cujos

professores(as) também seriam de mesmos gêneros, para se realizar o ensino com total separação por sexo (STAMATTO, 2002).

Nesse momento, compreende-se como um dos motivos para estas mudanças, os interesses decorrentes de um novo período histórico, causando o desenvolvimento da sociedade burguesa voltada no modo de produção capitalista, o que tornou também necessária uma nova educação (SAVIANI, 2007). Com isso, o ensino particular foi restringido pelas reformas pombalinas, que se realizaria somente com permissão da Diretoria Geral de Estudos (1772), a qual tinha o controle sobre os conteúdos a serem ensinados e sobre os livros didáticos ofertados; criou um imposto destinado ao pagamento do magistério, o que permitiu o surgimento do/a professor/a público (STAMATTO, 2002).

Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, percebeu-se mudanças mais expressivas na educação das mulheres brasileiras. E a partir do ano de 1808 surge a preocupação de que essas pudessem compor quadros administrativos e até o exército. Nesse momento foram abertos cursos superiores para os homens na Capital e outras províncias do país, além de escolas de ensino elementar para ler e escrever para ambos os gêneros, embora, que para mulheres em menor número (STAMATTO, 2002).

O primeiro ordenamento jurídico que surge então, foi a Lei de 15 de outubro de 1827, que impôs a permissão de mulheres a participarem das escolas, mesmo que de forma restrita. Estas escolas eram poucas no período imperial (BONFIM, 2009) e recebiam mais meninos do que meninas, funcionando em casas consideradas decentes.

Segundo Carvalho e Rabay (2013), apenas a partir de 1835 ocorre o acesso das mulheres aos cursos normais, decorrente da necessidade de formar mestras para as escolas primárias destinadas às meninas. E somente a partir de um Decreto Imperial de 1881, ocorre o acesso das mulheres aos cursos superiores.

Na visão de Vasconcelos (2011, p. 34), a participação das mulheres como educadoras se referenda, “[...] na ideia da educação realizada pela ‘mãe e mestra’, plenamente reconhecida na sociedade oitocentista, apesar de voltada para a educação dos próprios filhos [...]”, que progressivamente é incorporada aos valores da sociedade.

Temos, assim, a inclusão da mulher como educadora no sistema de ensino de maneira diferenciada, caracterizada como uma profissional menos qualificada em razão de impedimentos anteriores à sua formação diferenciada da dos homens, que receberá recursos menores pela mesma função desempenhada. É a institucionalização da desigualdade de funções e salariais entre homens e mulheres na educação. (CARNEIRO, 2015, p. 69-70).

Carneiro (2015) ressalta o Decreto-Lei Nº 1.827 de 22 de dezembro de 1980, quando a mesma expressa paradoxos da trajetória das mulheres (portadoras de uma cidadania incompleta e subordinada), que, mesmo sendo possível se inserir discriminadamente na sociedade, este direito era acessível para uma parte de raça branca. Não obstante, para as negras sob o regime de escravização na época, a essas era restrito qualquer direito, sujeitas apenas ao trabalho subalterno.

A educação voltada para a população negra só acontece em meio as discussões da Lei do Ventre Livre de 1871, designando o processo de abolição e suas ligações com a educação dos indivíduos privados de liberdade, preparando-os para que seus descendentes sejam inseridos livremente em uma sociedade (CARNEIRO, 2015).

As discussões sobre a Lei do Ventre Livre e a educação abordam, segundo Fonseca (2011, p. 152) “[...] como, durante o processo de abolição da escravidão, determinados segmentos sociais planejaram o futuro das relações raciais no Brasil” para o melhor entendimento. Para o autor, estes dividiam opiniões entre, os que procuravam manter a subalternização dos ex-escravos mesmo em liberdade, enquanto para outros teciam sobre os perigos representados pelos ex-escravizados para a sociedade brasileira.

Entre o final do século XIX caminhando para o início do século XX, que surgiram propostas para organizar a educação das crianças e ampliar o número de escolas, pela preocupação e atenção às questões relativas à educação das mulheres, mantendo-se a concepção de que não era necessário que tivessem muitas informações e conhecimentos, e sim uma base moral sólida e bons princípios para se tornarem boas esposas e mães (BONFIM, 2009).

Como ressalta Vianna (2012), até metade do século XX, a educação ainda reproduz a subordinação de gênero, concepções sobre os papéis sociais entre homens e mulheres, de família, estilo de vida, etc, formatando os valores constitutivos que asseguram a socialização dos mesmos de uma forma inferiorizada, devido às características físicas inerentes à concepção biológica.

Segundo Carneiro (2015, p. 72), “a realização educacional ocorreu de maneira diferenciada para os diferentes grupos sociais”. Em 1948 haviam registros de denúncias do movimento negro sobre resistências da participação de pessoas negras nas escolas. Já nos anos 50, são encontrados registros sobre os problemas gerados com o preconceito nos livros infantis (CARNEIRO; PORTELLA, 2003).

De maneira geral, o século XX, apresentou uma significativa expansão educacional a partir da década de 50 do século XX, sendo as mulheres o grupo mais beneficiado, pois “[...] partem de uma situação altamente desigual nos anos 50 para já em 1980 dividirem equitativamente com os homens as possibilidades de acesso à escola, ultrapassando-os no ensino básico e se igualando no ensino superior.” (LIMA, 1995, p. 489). Porém, a situação se torna mais favorável às mulheres, por volta dos anos de 1980 com intensificação na década de 1990, momento promissor pelo governo brasileiro, que para conquistar igualdade de gênero no campo da educação, teve que assumir compromissos internacionais, sabendo-se, “que alguns indicadores de acesso e progressão de meninas/mulheres adultas na educação já eram melhores que aqueles de meninos/homens adultos (CARNEIRO, 2015). Vale ressaltar que, esse avanço promovido por parte do governo se deu por pressões internacionais, mas também pelos movimentos de redemocratização, no qual existiam movimentos feministas.

Contudo, em análise sobre a participação das mulheres na educação no período 1970-1990, Rosemberg (1994) cita que já alertava para a segmentação sexual no ensino. A partir de dados dos Censos de 1970/80 e da PNAD de 1990,

destacava a distribuição sexualmente diferenciada pelos ramos de ensino e sua manutenção através dos anos, estando as mulheres então concentradas em cursos impregnados de conteúdos humanísticos e os homens em cursos técnicos. Esta situação deve ser compreendida como resultado dos impedimentos à educação das mulheres, que abordamos anteriormente, nos períodos colonial e imperial. (CARNEIRO, 2015, p. 73).

Segundo Lima; Rios e França (2013) destacam no período de 1995 a 2009 um aumento considerável de escolarização para todos os grupos, embora, mantendo a distância entre grupos raciais e de gênero, principalmente os de níveis de ensino mais elevados, com predominância das mulheres brancas nas melhores taxas em relação aos homens negros. Nesse ínterim, a posição ocupada pelas mulheres negras, explicita a nítida permanência das desigualdades entre elas.

No caso das desigualdades de gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional (média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído), elas ainda enfrentam desafios no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional: seus rendimentos são inferiores aos dos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias empregadoras ainda é restrita. Estas desigualdades também estão relacionadas à condição de gênero, como a média de horas trabalhadas das mulheres ser inferior a dos homens, dada a necessidade de dupla jornada, além de estarem concentradas nos setores de atividade com salários mais baixos, como saúde e educação. (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013, p. 54).

Contudo, os dados educacionais de participação feminina foram insuficientes para revelar seus diversos percursos, que muitas vezes passaram por interrupções (abandonos, obstáculos) com a necessidade de criar novas rotas alternativas, a vivência em um espaço marcado por estereótipos de gênero, raça e sexual, além de necessitar realizar um conjunto de expectativas concernentes ao seu lugar e papel na sociedade (CARNEIRO, 2015).

As mulheres, especificamente as negras, todos os dias buscam seu lugar na sociedade, pois já não bastasse a luta diária por ser mulher, ainda precisam lutar contra o preconceito por ser mulher e de origem negra, ou seja, passam pelo preconceito de gênero e o racial ao mesmo tempo, fora a questão da desigualdade social que abrange grande parte dessa população (TOALDO; ZAIOSC; SANTOS, 2022, p. 41-42).

Diante de um quadro marcado pelas desigualdades raciais de docentes de raça negra no ensino superior, especificando a interseção de gênero e raça, constata-se que a maior disparidade ainda está envolvida pela condição da mulher negra no cargo de professora universitária (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010; BRITO, 2017). Essa é uma situação marcada pela exclusão e pouca visibilidade inserida em um âmbito que favorece a segregação racial, e quando inseridas, predominam nos cursos de Letras e Pedagogia (NOGUEIRA, 2017).

As docentes negras são minoria, evidenciando a necessidade de implementação de estratégias para possibilitar sua permanência no espaço acadêmico em meio as adversidades impostas pelos marcadores de gênero e raça (EUCLIDES; SILVA; SILVA, 2016; PIRES, 2014). Essa realidade é reforçada pelas estruturas raciais características de nossa sociedade que são camufladas pelos discursos de trajetórias meritocráticas dos poucos que conseguem chegar à docência de nível superior (ARBOLEYA; MEUCCI, 2016).

Destarte, quando aglutinadas as desigualdades de gênero e raça no Brasil percebe-se que elas afetam, principalmente, as mulheres negras, haja vista, que estas ocupam o último lugar, por serem duplamente discriminadas: por ser mulher e negra (SAFFIOTI, 1987).

1.1.1 Perfil de Mulheres no Ensino Superior no Brasil

O Brasil nas últimas décadas tem apresentado grandes mudanças, as quais produziram efeitos impactantes em vários aspectos sociais, sendo uma dessas, o papel social da mulher, que desde sempre tem lutado para ocupar um espaço, antes negado a ela, e que aos poucos, tem conseguido cada vez mais postos. Dito isto, observa-se que o acesso da mulher no posto de trabalho tem gerado muitos debates em função da aceitação e mudança de paradigmas que por anos persistentes culturalmente no país (ESPÍNDOLA, 2011).

A história do Brasil, segundo Takahara; Mendes e Rinaldi (2016) tem mostrado a mulher nos seus diversos papéis (como dona de casa, cuidadora do lar, etc), com exclusividade nas atividades domiciliares. Ao comparar a colonização da América do Norte com a da América do Sul, percebeu Ribeiro (2006) o quão foi diferente o papel da mulher de ambas culturas, o que mostra o desenvolvimento do seu papel, mais acelerado na América do Norte (TAKAHARA; MENDES; RINALDI, 2016).

O papel da maternidade (BORSA; FEIL, 2008) teve sua construção baseada de que esse seria o ideal máximo da mulher, no entendimento de que a questão da feminilidade associava-se a renúncias e sacrifícios, e que além disso, por tempos, a mesma se condicionou ao papel de mãe, fazendo com que o homem mantivesse seu papel de mantenedor.

Na opinião de Soares e Carvalho (2003), devido as transformações sociais, foi o que determinou os diferentes papéis atribuído às mulheres, deixando o ambiente doméstico para o social, assumindo normalmente a chefia do lar, muitas das vezes nas condições tanto afetiva quanto econômica. E que acerca dos seus novos papéis não se deram amistosamente, o que configuraria uma transgressão, como ainda é vista.

A mulher (TAKAHARA; MENDES; RINALDI, 2016) mesmo tendo alcançado um posto de trabalho que antes lhe era negado, poder trabalhar, ainda lhe parece

ser restrito. Pois, a mulher que estuda e também trabalha, é a mesma que cozinha, cuida do lar, dos filhos, além de ter suas funções femininas, ou seja, a lógia é de que mesmo ela conseguindo trabalhar fora de casa, suas funções tornam-se acumulativas e não substituídas (TAKAHARA; MENDES; RINALDI, 2016).

Salvagni e Canabarro (2015) explicam que as transformações (demográficas, culturais e sociais) ocorridas no Brasil colaboraram para a entrada do gênero feminino nas universidades, “como é o caso da diminuição da fecundidade, que reduziu consideravelmente o número de filhos, permitindo que a mulher tenha tempo para as atividades extradomiciliares” (SALVAGNI; CANABARRO, 2015, p. 93).

No entanto, Takahara; Mendes e Rinaldi (2016, p. 610) ressaltam que as atuais funções da mulher “exigem dela mais esforço para cumprir com todas as funções que exerce como dona de casa, esposa, mãe, trabalhadora que ingressa para um curso de graduação”.

No entendimento de Urpia e Sampaio (2011), o ingresso da mulher na graduação não considerou seus múltiplos papéis social, haja vista, que as suas funções externas ao curso, muitas das vezes, podem dificultar o andamento acadêmico. Nesse sentido, os autores atentam ainda, que “portas” que se abriram, não foram para mulheres que engravidam, tem filhos e que cuida do lar, pois, se tornariam pontos de conflitos entre as demandas acadêmicas e as rotinas da maternidade, “o que pode acarretar em um desnível no sentimento da mulher em relação à sua ausência em alguma das partes, principalmente quando se trata do cuidado domiciliar” (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 159).

A vida universitária da mulher é reconhecida como um fato importante para as novas gerações, mas, tem as universidades, que precisam repensar as futuras condições desse evento, “uma vez que as jovens universitárias vêm portando demandas diferentes, que precisam ser observadas e creditadas, a fim de que o número de desistências não aumente” (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 164).

Acontece, que a realidade do século anterior mudou e trouxe com essa mudança, as mulheres em maioria nas universidades, que conseguem a conclusão dos estudos, com mais de 60% chegando ao final dos cursos (FERRARI, 2013).

Para Bonini (2011), tanto no posto de trabalho quanto na graduação, houve um aumento da representatividade feminina no Brasil, e essa participação tem contribuído no manifesto de habilidades femininas que, ao serem inseridas em posto

com predominância masculina, podem realçar o potencial destes, sabendo-se que isso acarretará distinção entre as aprendizagens e atuações.

Nas considerações de Silva *et al.* (2010), mesmo com o aumento nas últimas décadas, da participação feminina consideravelmente, muitas estão inseridas em vagas reconhecidamente femininas, o que pode indicar diferença salarial entre os gêneros. Destarte, para alguns cargos e em determinadas funções, a característica feminina permite distinguir entre o que elas fazem e o que conseguem fazer, classificando-as por habilidade de gênero e não por serem capazes de desenvolver. “Quando elas são confrontadas ou colocadas em situação de disputa entre ideias divergentes, as mulheres conseguem conciliar os dois lados da situação para chegar a uma solução intermediária que permita um consenso” (MADALOZZO, 2001 apud RICCIARDI, 2007, p. 19).

Nas palavras de Takahara; Mendes e Rinaldi (2016) versam que só a partir das transformações que possam ocorrer pelo processo de aceitação da mulher como líder, é que será gerado um novo perfil feminino no imaginário social.

1.2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E AS DESIGUALDADES RACIAIS

A educação superior mostra-se como um ponto privilegiado para examinar a atuação do sistema de ensino na reprodução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, muitos estudos têm buscado investigar o que se passa nesse espaço, por considerar que nele se reflete, de maneira mais evidente, a seleção que se opera ao longo da escolarização anterior. Para Bourdieu (1998), é nesse nível do sistema educacional que se expressam mais claramente os 'mecanismos de eliminação' e seus efeitos que atuam durante a carreira escolar. Reflete-se, “[...] no oportuno acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da caminhada escolar, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos [...]” (QUEIROZ, 2004), a depender da sua classe, gênero, raça. Nessa senda, a ausência por parte das instituições de ensino superior, de informações sobre a condição racial dos alunos que nelas freqüentam seus cursos “é um fator que tem contribuído para dificultar a análise da situação dos segmentos raciais nesse espaço do sistema de ensino” (QUEIROZ, 2004, p. 73).

De acordo com a literatura, a educação lida historicamente com desigualdades de várias ordens, desde a significativa discrepância em torno do

sucesso na trajetória escolar (dentre diferentes grupos sociais), como da dimensão de acesso, de permanência e conclusão das etapas básicas da educação, sendo mais evidências e expressões quando se considera o atributo racial no exame dessas desigualdades (ARAÚJO, 2020).

Segundo Araújo (2020), o pouco alcance de determinadas políticas públicas bem como a negligência, privação de direitos básicos, a que população negra historicamente tem experimentado (em maior ou menor grau) pode contribuir para compreender a dimensão de desigualdade, que é a educacional, que reflete em outras vertentes, como por exemplo, o próprio mercado de trabalho, mobilidade e ascensão social. Não por acaso,

o atributo racial tem sido uma importante categoria para vários estudos, dentre eles a política educacional, por se entender que a cor da pele possui uma forte correlação no sucesso ou fracasso do estudante dentro do sistema escolar brasileiro. (ARAÚJO, 2020, p. 20).

No que tange as desigualdades raciais no ensino superior, no Brasil tem destacado uma trajetória persistente na reprodução das desigualdades educacionais, de recorte racial, visto que mesmo com o avanço significativo de se ampliar vagas de acesso, os estudos ainda apontam que essa expansão se deu de maneira desigual.

Para Vaz e Melloii (2020), o que possibilitou a diminuição da desigualdade educacional entre negros e brancos, foi a expansão da educação superior em função das políticas públicas que visavam promover o acesso de grupos discriminados e vítimas da exclusão social por questões socioeconômicas e origens étnico-raciais. Ressalta a autora ainda que, a discrepância de oportunidades ainda está bastante longe de ser equacionada.

Nesse sentido, alcançar o ensino superior ainda é desafio para a população negra, pois embora tenha havido melhorias importantes no acesso, ainda existem barreiras que persistem e inviabilizam o alcance de níveis maiores de equidade educacional. (ARAÚJO, 2020, p. 29).

Argumenta Lima e Prates (2015) sobre as desigualdades raciais no acesso à educação superior, que é entre o público de 18 a 24 anos, intervalo que compreende o ensino superior, em termos ideais, que “as taxas de escolarização líquida são mais baixas e as desigualdades raciais ainda mais expressivas” (LIMA; PRATES, 2015, p.

175). Nesse sentido, afirma Senkevics (2018) que falar que os espaços educacionais são democráticos e de fácil acesso para todas as pessoas, ainda é uma concepção frágil para se igualar, a saber que uma parte maior da população em idade universitária ainda não tem o acesso ao referido nível de ensino.

Nunes; Pina e Silva (2021) lembraram-nos que nos últimos anos (a partir da década de 1990) foi implantado no estado, diversas políticas voltadas para a inclusão social, entre elas, o direito à educação em nível superior, como forma de propiciar oportunidades e desenvolvimento econômico e social. Diante do exposto, os autores destacam ainda, que os números comprovam que as mulheres são sim, vistas como maioria nos cursos superiores, ocupando predominantemente cursos de licenciatura e da área de humanas, e os homens com maioria nas áreas de engenharias e tecnologias, consideradas áreas de prestígios, o que perpetua diferença sexual do trabalho, mantendo as desigualdades de gênero no ambiente acadêmico.

Em pesquisa na qual analisaram mudanças alcançadas no acesso ao ensino superior de brancos e negros entre 2000-2010, Artes e Ricolodi (2015), divulgaram que o número de matrículas de negros apresentou um maior crescimento. No entanto, isso ocorreu mesmo com frequência significativamente menor se comparado aos brancos. Para os mesmos autores, seria como se houvesse uma demanda reprimida para o acesso ao ensino superior, porém, apesar de ter havido ampliação da participação desses sujeitos, a desigualdade ainda prevalece de forma representativa no conjunto geral da população (ARTES; RICOLDI, 2015).

Os estudantes negros são maioria quando se trata de obstáculos como dificuldades financeiras e carga horária excessiva em trabalho. A redução gradativa das desigualdades raciais no acesso a educação segundo Vaz e Melloii (2020), não significa que as disparidades salariais entre negros e brancos e a desigualdade racial no mercado de trabalho estejam extintas. Em complemento, Portela; Feres Júnior e Freitas (2020) citam, que a maioria dos indivíduos negros precisa conciliar estudos e atividade profissional, sem considerar o tempo de deslocamento até as faculdades e universidades, que também incide como fator dificultador do processo de permanência e sucesso no ensino superior.

Compreende-se, assim, que a permanência da população negra no ensino superior carece, também, de um trabalho de integração institucional de

ensino, em uma perspectiva multidisciplinar, dado que ela está suscetível à evasão em proporção maior que outros grupos. (ARAÚJO, 2020, p. 29).

De acordo com Portela; Feres Júnior e Freitas (2020), o maior número de estudantes que pensa em abandonar o ensino superior por esses vários motivos apontados, são mulheres e homens negros.

Santos (2009) denomina que há condições de permanência material e permanência simbólica, e cita que é importante destacar que algumas condições se fazem necessárias para a permanência de alunos negros na universidade, a permanência material que é preciso satisfazer necessidades objetivas de existência, ou seja, cada estudante precisa arcar com custo de materiais, alimentação, transporte etc. Por esse motivo, estudantes optam por procurar outras formas de assegurar sua permanência na universidade, como trabalhar no período inverso ao curso, o que acaba limitando sua participação no ambiente universitário e impactando também a permanência simbólica (SANTOS, 2009).

Outra desigualdade experimentada por jovens negros diz respeito ao acesso a cursos de maior prestígio social, no âmbito universitário. Neste sentido os apontamentos de Queiroz (2004), afirmam que aos negros estão reservados os cursos menos valorizados socialmente, como aqueles de formação de professores, e que mesmo nesses cursos, são em geral, minoritários.

Nesse sentido, tem-se uma sub-representação da população negra no sistema de ensino superior, havendo a concentração desse grupo em cursos de menor prestígio social. A desigualdade racial se manifesta, mais uma vez, visto que esses aspectos influenciam diretamente na mobilidade social da população negra que passa a ocupar cargos de menor influência social, com extensa carga horária de trabalho em troca dos menores salários. (ARAÚJO, 2020, p. 30).

Considerando que os processos educativos são os responsáveis por determinar ocupações e posições sociais, pessoas negras quanto menos ocuparem vagas em cursos superiores e de maior prestígio social, também será menor o percentual de representatividade desse grupo étnico nas posições que recebem maior prestígio da sociedade e nas profissões que recebem os melhores salários e benefícios (ARAÚJO, 2020).

Isto posto, e tendo em vista todas as questões discutidas até agora, em torno das desigualdades raciais no ensino superior, segundo os estudos, apontam que sendo a população negra negligenciados durante todo o processo educativo,

consequentemente, são eles também que representam o menor percentual de concluintes desta modalidade de ensino.

Quanto a questão racial, Tramontina e Parreira (2015) discutem que o alcance da igualdade de oportunidades depende da existência de uma política corretiva baseada no princípio de justiça social, visando manter certo equilíbrio, de modo que haja uma equidade maior em termos de direitos essenciais como a educação. Nessa perspectiva, é inserida a Lei de Cotas nº 12.711 de 2012, cujo intuito central é a reparação de prejuízos históricos que ainda determinam as condições de vida de parcela da população, nomeadamente, a negra.

Uma das principais ações afirmativas para diminuir as desigualdades entre negros e brancos se deu a partir da criação da Lei Federal no 12.711/12 conhecida como “Lei das Cotas Sociais”, ao decretar que as Instituições Federais devem reservar 50% das suas vagas para alunos com o ensino médio em escolas públicas e, destas vagas, 50% para alunos dependentes de uma renda igual a um salário mínimo e meio, ou inferior a este, além disso, vagas devem ser reservadas para estudantes negros, indígenas e pessoas com deficiência (ALVES; CASALI, 2021).

Nesse contexto, para Soares e Silva (2021, p. 185),

as políticas de cotas representaram uma possibilidade real de ingresso no ensino superior aos jovens negros da classe trabalhadora. Para além dos instrumentos de acesso, em termos quantitativos, dos negros e negras às universidades, devemos problematizar, tanto as condições de permanência e formação desses futuros profissionais, quanto o modelo de produção de conhecimento que vigora hoje no espaço acadêmico.

Muitos estudos têm sido realizados sobre a caracterização do processo de democratização institucional (crescimento das matrículas, categoria administrativa pública ou privada, modalidades de ensino, áreas de estudo, tipos de diploma, pesquisa, ensino ou extensão), assim como a delimitação das diferenças entre as noções de diversidade, diversificação e diferenciação (SANTOS; LIMA e CARVALHAES, 2020), todos no âmbito institucional. Nas palavras de Fernandes (2022), a dimensão de análise do perfil da comunidade acadêmica é geralmente foco dos estudos relacionados com o impacto das ações afirmativas.

No Brasil, os estudos sobre ações afirmativas e democratização de acesso à educação superior, ainda que numerosos em sua maioria, versam sobre o ingresso

na graduação, ou ainda, menos frequentemente, sobre os desafios da permanência e conclusão de curso nesta que é a base do sistema (FERNANDES, 2022).

Apesar de as ações afirmativas terem sido parte de políticas sociais em diferentes áreas da sociedade brasileira, foram as cotas raciais que geraram e continuam a gerar os mais intensos debates para ingresso na Educação Superior. Especialistas na área consideram que as ações afirmativas de ingresso na educação superior “foram um marco no sentido de mudanças que não se restringem às universidades, mas têm o potencial de se multiplicar na sociedade em todas as esferas” (FERNANDES, 2022, p. 12).

Há mais de 20 anos, Delcele Queiroz (2001) analisou em sua tese as desigualdades raciais e de gênero no ensino superior, [...] buscando explicar a contribuição do sistema de ensino para as desigualdades presentes na sociedade, [...]. Para o autor, muito mudou desde então, com o expressivo crescimento da presença feminina e de pessoas negras na educação superior, permanecendo válida a sua constatação:

O sistema de ensino é um dos espaços de reprodução das desiguais condições de existência dos indivíduos e grupos. (...) Esse processo atinge com particular intensidade aqueles nos quais se associam várias categorias de exclusão, isto é, quando se associam, por exemplo, características como a classe, a raça, o gênero. Esse processo se torna também mais radical à medida que avança em direção aos níveis mais elevados do sistema de ensino, que são também os mais almejados e, por isso mesmo, alvo de disputas mais acirradas. Isto é, a exclusão se exacerba à proporção que se elevam os graus de escolaridade, ampliando-se, deste modo, a desigualdade entre os segmentos sociais (QUEIROZ, 2001, p. 3).

As ações afirmativas possuem um papel muito importante de reparação histórica, social e cultural, na busca para suprimir desigualdades que ainda assombram grande parte da população, dentre estes, principalmente em relação à população negra, que na maioria das vezes sofre pelas desigualdades social, racial e no caso das mulheres (mas não só delas), a de gênero (TOALDO; ZAIOSCO; SANTOS, 2022).

Segundo Toaldo; Zaiosc e Santos (2022) citam que, mesmo com estes esforços, a questão das desigualdades e do preconceito racial ainda são muito notórios, o que continua mantendo a política das cotas, devido ainda existir desequilíbrios, onde a população negra ainda não encontra-se em um patamar de igualdade de condições e oportunidades.

Ao se tratar das políticas de ações afirmativas de acesso as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Brasil, a posição de Heringer (2018) sobre esse assunto, chama a atenção para a gigantesca desigualdade de oportunidades no país e da dificuldade que os jovens oriundos de escolas públicas no ensino básico, sofrem para acessar o ensino superior público, que, como consequência, tem grande concentração de estudantes de maior renda e brancos.

A mulher negra passa por todos os atos discriminatórios de ser mulher, mais a questão da discriminação racial, e se for pobre então, sua expectativa de possibilidades na vida são muito escassas, tendo que viver muitas vezes em situações de miserabilidade, em favelas e comunidades, vivendo com menos do que o mínimo necessário, porque não tiveram a possibilidade de estudar, não tem oportunidades de trabalho, e ainda muitas vezes tem que se sujeitar a violências também no ambiente doméstico, porque precisam dar o alimento aos filhos. (TOALDO; ZAIOSC; SANTOS, 2022, p. 48).

Ainda nos tempos atuais, muitas lutas são travadas pelas mulheres negras, pela conquista do seu espaço na academia, necessitando estudar mais que homens e mulheres brancas, visto que a lógica da estrutura social, dos papéis a elas atribuídos como exemplo, como o de cuidadora do lar e dos filhos, além da disputa de poder e consequências dos processos históricos, surgem barreiras estruturais, reforçando a discriminação de raça e gênero (SILVA, 2016a).

Contudo, é evidente que em todas as pesquisas, as mulheres negras para que tenham os mesmos acessos e direitos que as mulheres brancas precisam estar amparadas pelas ações afirmativas, a fim de que ao menos alguns de seus direitos fundamentais estejam garantidos no caso concreto, que não são tantos, mas que ainda assim são melhores (TOALDO; ZAIOSC; SANTOS, 2022).

Nas palavras de Fernando de Sá Moreira, o Brasil carrega marcas discriminatórias e de opressão racial, especificamente, pela população negra, que sofre com mais intensidade em meio aos problemas sociais. Portanto, para o autor, as instituições públicas são fundamentais para mudar esse cenário, sabendo-se, que para enfrentar o racismo se faz necessário por condições de reestruturação do ensino, observando-se também a representatividade negra nos espaços e cargos ocupados, podendo nos fornecer indícios importantes para tomada de decisão que precisa-se para avançar. Para Moreira, a universidade tem o dever de pensar nesse problemas chamado racismo, porém só conseguirá com a participação efetiva dos

gêneros negros nas suas esferas (INFORMATIVO ELETRÔNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFF, 2020)¹.

Para tanto, é importante que os negros de forma geral se vejam e se reconheçam como ocupantes em espaços de destaque nas instituições de educação superior, haja vista que essa não seja uma realidade comum, já que socialmente foi pré-definido que estes ocupassem apenas cargos inferiores. No entanto, essas pessoas devem ocupar sim estes lugares, para servir de estímulo a outros negros, para se reconhecerem diante de cargos hierárquicos superiores e almeje o mesmo (INFORMATIVO ELETRÔNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFF, 2020)². Para Nunes; Pina e Silva (2021) uma das formas de propiciar mudanças neste campo, seriam, por exemplo, investir em mais recursos de pesquisas científicas, assim como em bolsas de iniciação científica, de modo a inserir mulheres na ciência.

Observa-se que segundo as literaturas ora levantadas, exprimem que à falta de representatividade da população negra nos espaços públicos, induziu a sociedade a enxergá-los apenas com um contexto de submissão, de que esses são tratados de modo hierarquicamente inferior. No entanto, o fato de serem vistos ocupando posições de destaques, diferentes das pré-estabelecidas na estrutura social, causa espanto de forma preconceituosa, podendo-se entender com isso, a representatividade se torna uma ferramenta importante aos olhos da população negra para que passem a se ver e se conhecer melhor em todos os espaços. Dessa forma, é importante o entendimento de que um espaço ocupado por uma negra, gera representação para outras mulheres negras, de modo a compreenderem a importância de já ter uma representação sua neste local, o que propiciará compreensões de como são ocasionadas as desigualdades pelo preconceito racial.

1.2.1 Gênero e Raça na Docência da Educação Superior Brasileira

Embora, as mulheres tenham maior presença na educação, as pesquisas do INEP (2018) têm apontado para uma distinção do quantitativo feminino no ensino

¹ In: <<https://www.uff.br/?q=qual-importancia-da-representatividade-negra-nas-universidades-publicas>>

² In: <https://www.uff.br/sites/default/files/sites/default/files/imagens-das-noticias/comunica_26-11-20.pdf>

superior. Outrossim, nos anos básicos elas representam 80% dos professores, segundo o Censo Escolar (2017). Já no ensino superior representam apenas 45,5% dos docentes em exercício. Fato que suscita investigações e discussões a respeito da presença da mulher nesse nível de especialização, segundo a educação brasileira (INEP, 2018).

Ao longo do século XX, a docência, consolidou-se, essencialmente, como uma profissão feminina (VIANNA, 2001), ganhando o magistério maior destaque na história da educação brasileira com a presença das mulheres. Mudança essa que não ocorreu ao acaso, pois havia uma base ideológica jesuítica que significava o trabalho da professora como um instrumento para a salvação da alma, e como sendo também a responsável pela formação de cidadãos para servir além da sua pátria, estar inerente a vocação, associada à bondade e à tolerância (MATOS, 2017).

As discussões sobre o gênero na docência apresentam que, a feminização do magistério atendia as premissas que a mulher era, como descreve Fischer (2005, p. 327) “ uma colaboradora preferida por Deus em sua obra de amor”, sendo o exemplo no qual os alunos deveriam se guiar.

Sendo assim, ao constatarmos a diminuição das mulheres nos quadros efetivos da docência de nível superior, inferimos que, sobre esta realidade, existe um atravessamento ainda mais severo: sobre a desigualdade naturalizada a partir da concepção de que existem profissões essencialmente femininas; as mulheres não as dominam de fato. (SANTOS; MATOS; FRANÇA, 2020, p. 8).

Diante disto, ao nos reportamos sobre as relações de poder discutidas por Bourdieu, na obra *A dominação masculina*, em 1995. Embora, não trate, especificamente, sobre gênero, o autor cita que as ideias sobre masculino e feminino se assemelham a essa realidade educacional. Uma vez que, ao se investigar a “dominação masculina” como uma perspectiva simbólica, compreende-se que o poder masculino impõe significações percebidas como legítimas; de modo a dissimular as relações de (SANTOS; MATOS; FRANÇA, 2020) força que sustentam a própria força do homem. Pois, em plena atualidade, não seria difícil encontrar justificativas, baseadas em ideologias meritocráticas, para o fato de haver na educação superior mais homens (CARVALHO, 2004).

Segundo Santos; Matos e França (2020, p. 8) exaltam que

Constatar que as mulheres são minoria do quadro docente do nível superior, revela a manutenção de uma ordem desigual a partir dos sexos e preserva as relações de poder em que o homem esteja sempre no topo. Mesmo diante de muitas discussões, essas relações se mantêm assimétricas tal na sociedade quanto nas IES. Estas são espaços em que a diversidade é exaltada, contudo, não é uma realidade no que se refere ao corpo docente.

Para Saffioti (1987) o homem branco é que detém o poder na sociedade, por ser um sujeito que há muito tempo vem usufruindo dos privilégios resultantes do processo sócio-histórico naturalizado, que o coloca acima das mulheres brancas, dos homens negros e das mulheres negras.

De fato a sociedade brasileira é marcada pela ausência e invisibilidade dos negros nos espaços sociais de prestígio, que em decorrência das falsas ideologias de superioridade de raças, fizeram com que mesmo depois da abolição, o negro não fosse enxergado enquanto cidadão (GONÇALVES, 2018).

Segundo Gonçalves (2018), em relação aos aspectos educacionais, constam que a educação brasileira não permitiu nas escolas e universidades a presença dos negros durante muito tempo. Mesmo em meio as várias transformações sociopolíticas ocorridas, os problemas que sustentavam as desigualdades raciais oriundos do racismo no Brasil, demoraram a serem percebidos como informa Domingues (2008). Acerca disso, tem-se nos movimentos sociais dos negros, um papel extremamente importante para as conquistas atuais obtidas, resultado de lutas e brigas por direitos a essa população, de modo que, falar de raça na docência superior no país, precisa-se partir do ponto que a educação foi pensada para uma raça distinta, e não foi à negra.

O reconhecimento da dinâmica racial associada ao cerceamento dos negros aos espaços educacionais nos faz entender que tal prática fez parte de um processo ideológico racista, considerado bem estruturado, o qual tem privado os negros no acesso à educação, uma vez que ela foi sempre usada como ferramenta de justificativa na relação de poder e conhecimento (FIGUEIRA, 2017; FILHO, 2013). No entanto, a ausência da população negra no espaço de saber (a escola e universidade) segundo Tragtenberg (1985), veste-se de significado simbólico acerca do modo como a sociedade foi estruturada e como enfatiza a escola como um espaço de discriminação, imitando aspectos da sociedade.

Os negros por muito tempo estiveram excluídos das escolas e universidades, fruto dos diversos mecanismos sociais que impediam tanto o acesso quanto a permanência dos negros a escolarização, ocasionando a naturalização da ausência representativa desses sujeitos nos espaços educativos, percebendo-se, como aponta Silva (2016) que a política do branqueamento, não oficialmente normatizada, sempre imperou nos espaços educacionais. Nesse sentido, existe uma relação direta do processo histórico com os dados atuais, quando demonstram com disparidades no quantitativo racial daqueles nas instituições escolares em nosso país e que ocupam os espaços de prestígio (CARVALHO, 2005; COELHO, 2003).

Esse cenário nos leva a compreender que, os docentes são os atores sociais que exercem o poder dentro das organizações de ensino, e que a figura do professor é revestida de subjetividade integrando no ambiente escolar as relações de poder (FILHO, 2008) e a pouca representatividade negra na docência reflete um lugar social do grupo negro na sociedade.

A universidade, principalmente a pública, deve ser caracterizada pela diversidade de pensamento e conhecimento (SILVA, 2016). Entretanto, o que se percebe é que houve e ainda persiste uma visão eurocêntrica nas práticas e lógicas estabelecidas na educação deste país. A exemplo disso temos a ideologia do mérito que, por ser fruto do individualismo, aliena a dimensão coletiva na produção de conhecimento e descarta os arranjos sociais que atravessam essa realidade (SILVA, 2016). Ideologia essa que se transfigura em argumentos opostos às políticas de inclusão racial, contribuindo para que os próprios agentes da exclusão não a reconheça.

De acordo com as pesquisas, têm apresentado na docência do ensino superior brasileiro a existência de um *apartheid* (CARVALHO, 2006; MORENO, 2018), evidência que anteriormente nomeou Carvalho (2003) como racismo acadêmico. Pois, há uma invisibilidade de pessoas negras nesse nível de qualificação profissional.

Tal percepção é ratificada pelo fato que, até bem pouco tempo, o censo da educação não realizava o levantamento da cor da pele do professor, comprovando a realidade que era naturalizada pela ausência de negros nesses espaços de poder. (SANTOS; MATOS; FRANÇA, 2020, p, 10).

A exemplo da Universidade de São Paulo-USP, constatou Gonçalves (2018) que nesta, o quadro de professores pretos e pardos é de apenas 1,83%, enquanto os docentes brancos representam um percentual de 94,6. Situação análoga foi configurada por Veloso (2018) na Universidade de Brasília, quando constatou que 1,77% dos professores estão no grupo dos docentes negros.

Segundo os autores, o contexto exposto se faz preocupante pelo ponto de vista de que ambas as instituições são destaques no cenário nacional e consideradas pioneiras em políticas públicas com recorte racial, e mesmo assim, a representatividade de docentes negros é acentuadamente grande.

Os dados acima ora expostos, em si são preocupantes e reforçados pela literatura sobre o assunto, pois, “os dados atuais não destoam das informações que há décadas eram produzidas” (SANTOS; MATOS; FRANÇA, 2020, p. 10).

Nas últimas décadas foram contabilizados muitos avanços por parte da sociedade brasileira quando se refere a equidade racial e de gênero. Entretanto, talvez estejamos ainda muito distantes de experienciar uma sociedade diversificada com segmentos sociais pautados em práticas que vislumbrem a igualdade entre os cidadãos. No entanto, em meio a lenta mudança social, seguiremos discutindo aspectos da desigualdade que aos poucos têm ganhado interesse no meio acadêmico para discussões aprofundadas nas facetas da dominação que o patriarcado e o racismo exercem no cerceamento de oportunidades aos negros e mulheres no Brasil.

2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFCG (CAMPUS SOUSA)

2.1 QUANTIFICAÇÃO FEMININA E SUAS CATEGORIAS

Conforme este tópico, realizou-se a perspectiva quantitativa das mulheres que compõem de forma geral o Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande– UFCG, Campus de Sousa-PB, nas categorias: Docente, Discente, Técnico Administrativa e Terceirizada.

De acordo com os dados disponibilizados pela coordenação do Curso de Serviço Social da UFCG, campus de Sousa, foi possível realizar o levantamento quantitativo do perfil feminino representando as categorias citadas anteriormente (Docente, Discente, Técnico Administrativa e Terceirizada) de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1. Representação feminina no Curso de Serviço Social – UFCG, 2022.

PERFIL QUANTITATIVO FEMININO		
Categoria	Total de Mulheres	Mulheres Negras
Docente	07	02
Discente	122	44
Técnico Administrativa	-	-
Terceirizada	01	-
Total	130	46

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2022.

De acordo com os resultados, quantificou-se um total de 130 mulheres inseridas no Curso de Serviço Social (Quadro 1). Destas, sete mulheres estão inseridas na categoria docente, 122 fazem parte do corpo discente, e apenas uma (1) está inserida no quadro de funcionárias terceirizadas. Percebe-se que nesta última categoria, houve um quantitativo do gênero feminino neste setor.

Dentro desse quantitativo, considerando que o universo desta pesquisa investigada foi a presença da mulher negra, de acordo com a autodeclaração dessas nas quatro categorias apresentadas, apenas em duas categorias tiveram a representação da raça negra, quando duas estão inseridas no quadro de

professores da instituição (Professoras de Serviço Social) e 44 inseridas no corpo discente (graduandas do Curso de Serviço Social), totalizando 46 mulheres autodeclaradas “negras” que compõem o Curso de Serviço Social da UFCG – Campus Sousa, conforme especificadas no Quadro 1.

Nas categorias, técnica administrativa e terceirizadas, não houveram a presença de negras nestas categorias, haja vista, que no quadro dos Técnico Administrativos, não se fez nem a representação feminina nesta categoria, mas apenas masculina, segundo constatou-se nas entrevistas. Percebe-se com essa informação, que no CCJS/UFCG, especificamente no Curso de Serviço Social, existem categorias sem representatividade feminina, menos ainda da raça negra. Nessa situação de desigualdade de gênero e de raça, cabem as palavras de Fernando de Sá Moreira, entrevistado do Informativo Eletrônico da Superintendência de Comunicação Social da UFF (2020), aborda sobre a importância da representatividade negra nas universidades públicas. Para Moreira, as universidades públicas são instituições fundamentais para propor saídas dessa condição, sabendo-se, que para enfrentar o racismo pede por repensar e reestruturar o ensino superior, observando a representatividade negra nas universidades nas diversas categorias (discentes, docentes, técnicos, entre outras.), que possam fornecer indícios importantes do quanto ainda se precisa avançar. Para Moreira ainda, a universidade tem o dever de pensar em problemas tais como o racismo antinegro, porém, só se conseguirá isso, com a presença efetiva de homens e mulheres negras em todas as suas esferas (INFORMATIVO ELETRÔNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFF, 2020)³.

Conforme quantidade de discentes negras (44) ocupando vagas em curso de graduação nessa pesquisa, ao considerá-la como uma amostra de uma Universidade Pública, direcionada do Curso de Serviço Social, os números coaduna com o que Nunes; Pina e Silva (2021) pesquisaram, constatando uma ocupação majoritária de mulheres nos cursos de licenciatura e humanas. Dado de que no Brasil houve uma crescente expansão da escolaridade, essa amostra pode representar estar dentro das perspectivas de destaque para a contingência feminina que tenta reverter a desigualdade histórica de gênero e raça.

³ In: <<https://www.uff.br/?q=qual-importancia-da-representatividade-negra-nas-universidades-publicas>>

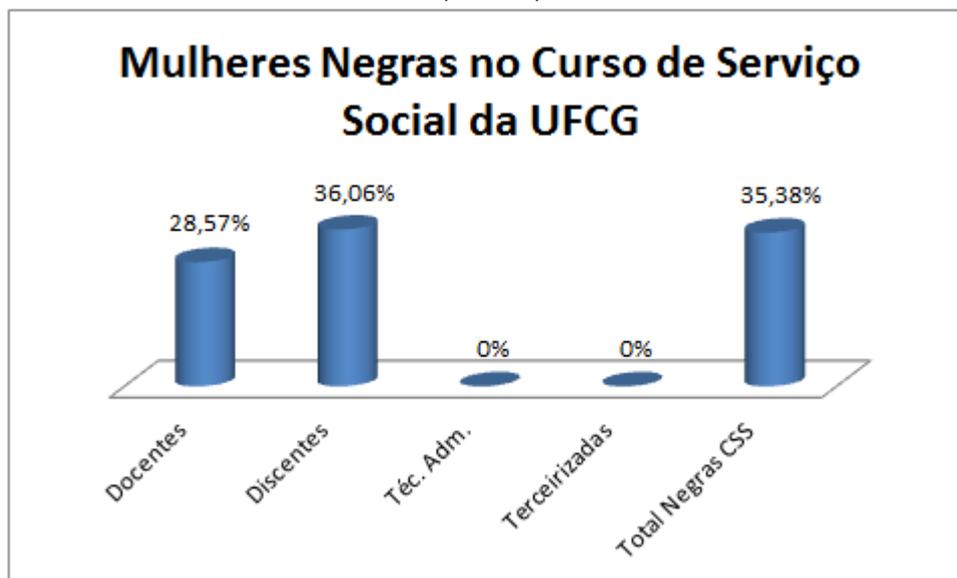
Porém a categoria docente ora apresentada, embora com pouca representatividade, mas considerando a raça negra em posição profissional de destaque (docente) nessa universidade, se expressa de forma como foi explicado por Nunes; Pina e Silva (2021), de que a mulher fora do âmbito doméstico nunca foi culturalmente aceito, contudo, atividades como a docência, assim como, a de cuidadora, “tendo por natureza” essa tendência, eram vistas com naturalidade pela cultura machista no contexto histórico, quando (NUNES; PINA; SILVA, 2021, p. 170) “atividades voltadas para a saúde e à educação, que sempre foram destinadas às mulheres no âmbito privado, poderiam, tranquilamente, ser também, no âmbito público, sem prejuízo à dominação masculina”.

Nas declarações de Marcelino Conti para o Informativo Eletrônico da Superintendência de Comunicação Social da UFF (2020), Marcelino um negro e Diretor de uma instituição de educação no Pará, ressaltou que há falta de representatividade da população negra como professores, gerentes, diretores e chefes, e, que a invisibilidade destes nesses espaços ainda precisa ser quebrada, pois, ver uma mulher negra ocupando um espaço como o acadêmico gera representação para outras mulheres negras. Conti conclui ainda, que o papel da universidade pública não se resume apenas em ser formadora de conhecimentos, mas também, um espaço com finalidade de formar sujeitos que se constituem no processo de interação no cotidiano com outros sujeitos, o que se torna difícil num lugar naturalizado como sendo um espaço de não-negros. Nesse sentido, as cotas representam um avanço significativo de letramento racial, embora, o racismo estrutural ainda se mantém (INFORMATIVO ELETRÔNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFF, 2020)⁴.

Conforme demonstrado neste primeiro momento da pesquisa, sobre a representação feminina, com base nesses dados explorados no quadro acima, obteve-se em percentual os valores representados pela mulher Negra na UFCG (Curso de Serviço Social), conforme a Figura 1.

⁴ In: <https://www.uff.br/sites/default/files/sites/default/files/imagens-das-noticias/comunica_26-11-20.pdf>

Figura 1. Percentual das mulheres negras por categoria no Curso de Serviço Social, UFCG, 2022.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa, 2022.

Conforme a figura 1, são destacados os percentuais de mulheres negras inseridas no Curso de Serviço Social, campus de Sousa, de acordo com as categorias avaliadas (docentes, discentes, Técnica Administrativas e Terceirizadas), as quais fazem parte na instituição investigada.

Dentre esse percentual, a maioria se concentra na categoria discente com percentual com pouco mais de 36% na representação da mulher negra, na qualidade de alunas do curso, percebendo-se aqui, a predominância de onde ela está mais inserida, quando comparada as categorias profissionais. Em seguida tem-se a categoria docente, com percentual de 28,57% da presença feminina negra representada por esta categoria no curso.

De acordo com esses dados, o percentual de mulheres negras na categoria “discente” (36,06%) encontrada nesta pesquisa pode ser justificada devido ao ingresso de jovens negros possibilitados pela implantação das políticas públicas que asseguram a inclusão racial nesses espaços, embora, como outra justificativa, seria o fato de atualmente, como menciona Luana Souza (2016), haver a presença dominante de mulheres nas universidades comparada a participação de homens.

Como cita Fernandes (2021), nos anos 1990 e início dos anos 2000, houve o aumento da oferta de curso do nível superior a partir do crescimento da rede federal e, principalmente, da rede privada. Com isso, desde 2002, começaram a ganhar força iniciativas de ação afirmativa nas universidades públicas estaduais com a

implementação de cotas ou bônus para estudantes oriundos de escolas públicas, para negros e indígenas. O crescimento da participação de mulheres negras no ingresso ao ensino superior segundo Sotero (2013, p. 49) “atesta a efetividade e a necessidade de continuação destas medidas, visando a contínua diminuição, e até a superação, das desigualdades no acesso e na permanência no ensino superior”.

Ainda sobre esse percentual (36,06%), a concentração de alunas negras expressando um quantitativo massivo desse gênero e raça na universidade, pode também demonstrar o avanço das mulheres, que estão cientes de que a educação ainda pode ser a melhor alternativa para o seu crescimento pessoal e de oportunidades de vida, ou seja, pode estar associado ao fato do novo perfil em transformação, ainda que lentamente, mas que diante dessa categoria, a elevação da escolaridade formal de um modo geral, contribui para o acesso ao mercado de trabalho em diferentes setores, além de impulsionar oportunidades econômicas, quando (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 3) “as mulheres atualmente representam mais de 40% da mão de obra global, 43% da força de trabalho e mais da metade dos estudantes universitários do mundo”.

Segundo Guedes (2008), essas mudanças ocorridas das mulheres na educação foram responsáveis pelo rompimento da tradição masculina universitária, o que fez com que elas se tornassem maioria nesse espaço, embora, afirmar ainda o mesmo autor, que esse rompimento não foi suficiente, e se observa ainda diferença de acesso entre mulheres negras e brancas nessa modalidade da educação formal, em que as mulheres negras enfrentam o racismo e sexismo dentro desses ambientes por não serem a maioria.

Outra observação importante nesse percentual, ressalta ainda, que o aumento populacional do gênero feminino e de raça negra na educação superior, deve-se à expansão da escolaridade e ao crescimento do número de vagas nas universidades que influenciaram no acesso e permanência das mulheres negras nesse espaço, impulsionado pelas ações afirmativas, estas que se evidenciam a partir dos governos do PT aqui no Brasil.

Porém é de suma importância a discussão de raça agregada a gênero na educação para que os racismos presentes na academia sejam evidenciados e combatidos, de modo que esse espaço seja de fortalecimento e não de opressão. As políticas afirmativas no Brasil foram importantes para a democratização do acesso à educação superior brasileira, para dar conta de aspectos como permanência e êxito

nesse espaço e impedir racismos enfrentados pelas acadêmicas dentro da educação superior.

Para o percentual de 28,57% de presença feminina negra na docência, pode significar, como nas palavras de Fernandes (2021), a “luta por reconhecimento”, portanto, não se referindo apenas a identificação cognitiva de um indivíduo ou categoria social, ou da sua presença num espaço ou organização social, mas a atribuição de um valor moral (positivo) a estes sujeitos ou grupos.

Para a mesma autora, debater sobre o crescimento da presença de mulheres negras na educação superior “tem a função de trazer à tona as evidências das conquistas políticas históricas dos movimentos sociais em defesa da diversidade e dos direitos de pessoas historicamente excluídas em espaços privilegiados” (FERNANDES, 2021, p. 75), embora na sua opinião, seja insuficiente para se garantir a transformação social pela perspectiva da universidade, quando invisibiliza a manutenção de hierarquias e espaços de privilégios.

A partir desses dados, para Danúzia de Paula, uma Bibliotecária negra de um Hospital Universitário (HU) no Rio de Janeiro, enfatiza ser importante que a população negra se veja e se reconheça como ocupante dos espaços de destaque na universidade pública, que por não ser muito comum ver um negro(a) na liderança, ou, numa posição de destaque (já para a sociedade é pré-definido que o negro(a) sempre ocupe cargos inferiores) essas pessoas devem ocupar sim lugar(es) de destaque na gestão universitária, para que sirvam de estímulo e inspiração para que outros negros se reconheçam nos cargos hierárquicos superiores e almeje o mesmo (INFORMATIVO ELETRÔNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFF, 2020)⁵.

Em síntese, para essas mulheres de raça negra destacadas nesta pesquisa na categoria docente, colaboram com a visão de alguns autores, a exemplo de Heringer (2018); Vieira, (2020) e Zuccarelli (2020), quando avaliam que a obtenção de um diploma de nível superior é um fator importante para facilitar a mobilidade social ascendente nas sociedades contemporâneas, permitindo a ampliação não apenas de conhecimentos profissionais, mas de acesso a informação e ampliação de visões de mundo.

⁵ In: <https://www.uff.br/sites/default/files/sites/default/files/imagens-das-noticias/comunica_26-11-20.pdf>

Nesse sentido, a educação superior passa a fazer parte da configuração de vida dos indivíduos, pelas claras evidências de que aqueles que terminam uma faculdade conseguem melhores colocações no campo de trabalho e, conseqüentemente, a conquista de melhores condições de vida em relação a seus familiares, além do mais, a certeza de que pessoas mais escolarizadas estão mais protegidas num mercado de trabalho profundamente desigual, como é o caso do Brasil (HERINGER, 2018; VIEIRA, 2020; ZUCCARELLI, 2020).

Outro dado observado na figura é o percentual total (35,38%). Dado esse que representa o total de mulheres autodeclaradas negras do Curso de Serviço Social presentes nas categorias destacadas (docente e discente) como as únicas categorias com a presença feminina de raça negra no Curso de Serviço Social. Esse dado demonstrou a dominância feminina no curso avaliado, contemplando uma significativa representação de mulheres negras (FERNANDES, 2021).

Diante desses resultados, nesta pesquisa as mulheres destacadas no Curso de Serviço Social e autodeclaradas negras, em seu conjunto tiveram participação crescente, principalmente como estudantes universitárias, seguida das que ocupam o cargo de professores da educação superior, não obstante, as demais categorias continuam sub-representadas pela presença de mulheres negras nesses setores.

A representação docente do curso de Serviço Social com a representação de 28,57% da raça negra, embora seja um percentual significativo nessa pesquisa e nesse curso, se encontra inferior aos 50% dessa representação nesse cargo, que de acordo com Souza (2016), a ausência de professoras negras nos cursos universitários tem sido um grande problema enfrentado nas universidades.

Desse modo, afirma Souza (2016), que é preciso pensar na inclusão das mulheres negras nos cursos de pós-graduação e nas universidades como um todo, na tentativa de quebrar, mesmo que aos poucos, os elementos que as distanciam do direito de ocupar esses espaços, e que a sua presença não seja como representante das academias e/ou da burguesia, mas como um espelho para muitas outras mulheres que precisarão se sentir contempladas só por acreditar que se uma conseguiu chegar, as demais também conseguirão.

Chama a atenção para as categorias Técnica Administrativas e Terceirizadas, pelo fato da inexistência feminina/negra, o que deve ater para reforçar a importância da representatividade dessa população em espaços comumente ocupados por pessoas de raça branca. Em vista disso, o racismo segundo Pereira (2020), também

está na invisibilidade e na ausência dessas pessoas negras nas determinadas esferas sociais, e que debates acerca de uma educação antirracista, deve ocorrer na universidade.

Já em relação ao percentual total de negras como mostrado na figura 1, representa a concentração em massa das mulheres negras envolvidadas no Curso de Serviço Social da referida instituição, nos espaços apontados ao longo da pesquisa.

Com esses resultados percebe-se que o percentual não chega a 50% dessa representação, haja vista que, ao considerar que nem todos os espaços do curso apresentando as quatro categorias investigadas, apenas em duas destas (Docente e Discente) que tiveram a presença feminina da raça negra. Motivo esse, que contribuiu para esse resultado, e que ressalta ainda, o quanto esta pesquisa está de acordo com os achados nas literaturas, quando afirmam ser a representatividade dessa população menor em comparação a representatividade da raça branca, quando os dados mostraram ultrapassar os 64% dessa população.

Todas as categorias destacadas são consideradas como importantes e abrangentes na instituição investigada, e o fato de não ter a representação da mulher e da mulher negra, a exemplo dos dados da figura 1, complementa Nunes; Pina e Silva (2021), que apesar do irrefutável avanço com as mulheres ocupando seus espaços nas academias, torna-se imprescindível discutir como mudar a realidade dos números para concreção da cidadania buscando equidade de gênero, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento das competências da mulher e conseqüente sua valorização no mercado de trabalho.

Após a análise dos dados, toda discussão se torna necessária, uma vez que, somente com a representação feminina quebrando paradigmas e estereótipos de gênero e reconstruindo o papel da mulher profissional é que teremos reconhecimento e redistribuição de valores, incluindo as categorias de profissionais e de estudantes. E uma das formas de operar mudanças neste cenário, como explica Nunes; Pina e Silva (2021) seriam, por exemplo, investir em mais recursos de pesquisas científicas, assim como em bolsas de iniciação científica, incentivando as mulheres a contribuírem com a ciência.

3 O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS INSERIDAS NO CCJS/UFCG

3.1 INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO CCJS/UFCG SEGUNDO O PERFIL SOCIOECONÔMICO

Como outra etapa dessa pesquisa, realizou-se o perfil socioeconômico das mulheres negras do CCJS/UFCG, operando com as variáveis, nível de escolaridade, cargo de ocupação, estado civil, número de filhos e faixas de rendimento, como expostos nesse item, Quadro 2.

Quadro 2. Perfil socioeconômico feminino do CCJS – UFCG, 2022.

Distribuição do Perfil Socioeconômico de Mulheres Negras					
Nível Escolaridade	Cargo Ocupado	Tempo	Estado Civil	Filhos	Faixas de Rendimento (R\$)
Doutorado	Professora 1 *Efetiva	13 anos	Casada	3	13.000,00
Mestra	Professora 2 *Substituta	7 meses	Solteira	-	4.700,00
Graduação	Estudante	1 ano e 6 meses	Solteira	-	-
Graduação	Estudante	1 ano e 6 meses	Solteira	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2022.

Considerando que número de entrevistadas para essa etapa foi de duas mulheres por categoria (Docente, Discente, Técnico Administrativa e Terceirizada) e que nas categorias Técnico Administrativa e Terceirizada, não teve representação feminina negra, essa etapa só foi possível ser realizada pelas categorias Docente e Discente, totalizando quatro (8,7%) mulheres entrevistadas, quando houve representação do gênero e da raça como proposto neste trabalho.

Nesse sentido, conforme o quadro 2, a distribuição das mulheres autodeclaradas negras no CCJS – UFCG, no que diz respeito ao nível de escolaridade das entrevistadas, destas, duas apresentam-se pós graduadas, porém, uma (14,28%) a nível de doutorado e uma (14,28%) a nível de mestrado. Ambas são

professoras (correspondentes a categoria docente quantificadas no quadro 1) do Curso de Serviço Social. Para melhor entendimento dos dados, as professoras neste trabalho serão nomeadas de professora 1 e professora 2.

A professora 1, é a que possui título de doutorado, apresenta-se como funcionária efetiva da instituição, já a professora 2, é a que possui título de mestrado, e exerce a docência na instituição como substituta.

Pelo quantitativo, percebe-se que, a profissão Docente ora apresentada no CCJS/UFCG do Curso de Serviço Social, ainda é considerada de baixo efetivo de mulheres, especificamente, mulheres negras.

Para o Curso de Serviço Social, o professor é um dos seus principais atores no sentido da justiça social e redução de desigualdades, como menciona Fernandes (2021). No entanto, a baixa representatividade dessas no mercado de trabalho, segundo Cruz (2019) tende a ser acentuada ao observar um menor número de mulheres diplomadas para exercer determinado cargo, o que pode remeter à problemática da promoção de igualdade de gênero.

Reforça Fernandes (2021), que os professores são os potenciais nos cargos de direção e decisão na universidade, ao mesmo tempo, que são mediadores na construção de currículo, no aprendizado em sala de aula, além de pesquisa e extensão.

A realidade citada nos leva a compreender que, os docentes são atores sociais que exercem o poder dentro das organizações de ensino, haja vista, que a figura do professor é revestida de subjetividade que integra as relações de poder no ambiente educacional (FILHO, 2008) e no que tange a baixa representatividade negra na docência reflete um lugar social do grupo negro na sociedade. Segundo os dados do Censo da Educação Superior de 2017, dos quase 400 mil profissionais que lecionavam em universidades tanto públicas quanto particulares do Brasil, apenas 62.239 mil (o equivalente a 16%) se autodeclararam pretos ou pardos (INEP, 2018).

Outrossim, Silva (2016) denuncia a baixíssima representatividade dos negros no quadro docente em universidades públicas do país, e que segundo Larbone (2009), sinaliza pela necessidade de uma ampla pesquisa sobre a etnia dos docentes dessas Universidades, para nortear uma real inclusão racial de pessoas negras ao quadro docente.

No que se refere ao nível de escolaridade das demais entrevistadas, as duas (4,54%) seguintes, também correspondentes as mulheres negras (das 44 quantificadas da categoria Discente no quadro 1), apresentam-se como estudantes a nível de graduação na referida instituição, que também foram identificadas nesse trabalho como Estudante 1 e Estudante 2.

Segundo as estudantes do curso de Serviço Social da instituição investigada, foi predominante em número de mulheres negras, conforme está afirmado no quadro 1, do segundo capítulo deste estudo, e que de acordo com Santos; Matos e França (2020) confirmam esse dado, quando citam que atualmente os espaços educacionais em nossa sociedade estão dominados quantitativamente pelas mulheres.

Nas palavras de Fernandes (2021), as diferenças das desigualdades raciais e de gênero no topo da carreira acadêmica (graduação e pós-graduação) refletem uma resistência em relação as atuais transformações resultante do processo de democratização da educação superior no Brasil, desde o ingresso na graduação, quando podemos dizer, que as interpretações mais otimistas quanto a redução das desigualdades raciais na educação superior dizem respeito fundamentalmente ao acesso a graduação ou pela diplomação.

Pode-se considerar também na visão dessas estudantes, que a universidade pode determinar ocupações e posições sociais, no sentido de que quanto menos (ARAÚJO, 2020) pessoas negras ocuparem vagas em cursos superiores e de maior prestígio social, menor será o percentual de representatividade dessa etnia nas posições de maior prestígio e nas profissões de melhores salários e benefícios. Nesse mesmo raciocínio, ressalta o INEP (2018), que é esperado que as mulheres estejam em maioria na docência das instituições brasileiras de ensino superior, já que são elas que obtêm maiores públicos no ingresso, matrícula e conclusão dos cursos superiores de graduação.

Essa mesma visão, serve para o público docente (BRITO, 2017; NOGUEIRA, 2017; SOARES; SILVA, 2018) quando associa-se a baixa representatividade dos negros na docência, destacando a essa realidade, a naturalização da ausência negra, o que pode ser interpretada como a ausência de dados e relatórios estatísticos sobre a composição racial do quadro docente das IES.

No mais, vale ressaltar que a crescente presença de jovens negras como estudantes e como professores nas universidades, pode influenciar positivamente

tanto na redução de desigualdades, como também propiciar na formação de intelectuais envolvidos na transformação da sociedade brasileira.

Ao destacar sobre o cargo ocupado de professor pelas mulheres autodeclaradas negras no CCJS – UFCG (Quadro 2), observa-se, que no equivalente ao tempo de trabalho, a professora 1 apresenta maior tempo de exercício do cargo (13 anos) em comparação a professora 2, respectivamente, que apresenta-se por um período de tempo de trabalho por apenas sete meses no cargo. Quanto as estudantes também avaliadas, constatou-se que as mesmas cursam o terceiro período do Curso (Serviço Social), o equivalente a 1(um) ano e seis meses de tempo na instituição como graduandas.

Os dados podem expressar o reflexo das mudanças sociais, como de papéis de gênero e relações raciais, que modificaram substancialmente o cenário universitário no país, embora, ainda seja necessário conforme Toaldo; Zaiosc e Santos (2022) de debates e empenho político interessados na modificação de determinadas faces de desigualdade desse fenômeno, no sentido de permitir que a educação superior, assim como, a universidade como campo de trabalho, seja de fato acessível a todos aqueles que a almejam.

Destarte, prova que as políticas sociais educacionais trouxeram mudanças ao longo do tempo às mulheres em si, de modo que, baseada na sua luta por direitos iguais, já é histórica, como grupo minoritário e desprivilegiado, que há séculos buscam por melhores condições de vida, educação, trabalho, salário e principalmente de respeito. As mulheres, especificamente as negras, todos os dias buscam o seu lugar na sociedade, não bastando lutar diariamente por serem mulheres, precisam também lutar contra o preconceito por serem negras, além da questão da desigualdade social que abrange maior parte dessa população (TOALDO; ZAIOSC; SANTOS, 2022).

Conforme o quadro 2, as professoras (1 e 2) não ocupam o mesmo cargo na instituição, no entanto, também não apresentam mesmas faixas de rendimento. Dito isto, observa-se que a professora 1 apresenta renda mensal superior (R\$ 13.000,00) a renda da professora 2 (R\$ 4.700,00). Percebe-se aqui, que os rendimentos apresentados são proporcionais aos cargos públicos de ambas docentes, ou seja, uma é efetiva e a outra é substituta, uma é doutora a outra é mestra, e uma tem mais de 10 anos de carreira, enquanto a outra não tem 1 ano, respectivamente.

No caso da remuneração da professora 2, ainda pode ter alguma influência também, pelo fato da mesma possuir apenas o título de mestra e sobretudo por ser professora substituta, de modo que, na perspectiva de ascensão do título para o de doutora, pesaria para elevar a sua renda. Isso porque, (BACKES; THOMAZ; SILVA, 2016) conforme ascende o nível educacional da docência, também é validado o acréscimo de salários aos docentes do nível superior, e, ainda aumenta o prestígio social atribuído à profissão, se tornando socialmente reconhecido pelo maior grau na hierarquia do ensino brasileiro.

As graduandas entrevistadas nessa pesquisa, se encontram a um ano e meio na instituição, e ao abordar o fator rendimento por parte destas, as mesmas declararam não fazerem parte do quadro de discentes que recebem o auxílio estudantil da instituição.

Segundo as estudantes (1 e 2), declararam se manter com parte da renda (apenas de 1(um) salário) provenientes de suas famílias, inclusive para os custos necessários no curso. Ainda em declarações, a estudante 1 afirma ter buscado o auxílio estudantil PAEG (Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação da UFCG) algumas vezes, embora, diante de tanta burocracia exigida para obtê-lo, além da grande concorrência, as quais fizeram a mesma sentir muitas dificuldades, optando assim por desistir. Diferente da primeira, a estudante 2, confessou não ter tentado solicitar o benefício para sua permanência na universidade, isto, pelo fato de “observar e ouvir sobre a burocracia existente para se conseguir o mesmo”, em meio a muitas dificuldades (Friso da entrevistada).

Segundo os depoimentos das estudantes corroboram em relação a aquisição do Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação da UFCG – PAEG. Na versão das entrevistadas, o PAEG é muito concorrido e sua solicitação se dá no ingresso da/o estudante na instituição. As mesmas alegaram que em seu caso, o período de solicitação do auxílio coincidiu com o período da pandemia da Covid-19, onde houve desencontros nos trâmites legais do processo de pedido, já que esse processo em meio presencial “normal”, essa solicitação encontra obstáculos, no período pandêmico foi mais difícil ainda, uma vez que os serviços foram realizados de forma remota. No entanto, em meio a essas dificuldades, e por não insistirem num novo pedido, por dúvidas e por desacreditar no sistema, acabaram por não serem incluídas nesse direito que para ambas é assegurado (Frisos das Estudantes 1 e 2).

Percebe-se que ambas passam pela mesma situação, quando o benefício deveria facilitar a vida dessas mulheres, passou a dificultar. Diante dessa questão, fica claro o que aponta a fala de Alves e Casali (2021) quando citam que a desvantagem desse grupo populacional se mantém ainda em relação a emprego, renda e nível de instrução (IBGE, 2018), mesmo com as ações para promoção de igualdade racial adotadas no início do século XXI.

Vale ressaltar, que as estudantes entrevistadas ingressaram na Universidade por meio de Cotas, por serem compatíveis aos pré requisitos, pela raça e pela baixa renda apresentada, lhes cabendo assim esse direito, o que é confirmado pela Lei Federal nº 12.711/12 “Lei das Cotas Sociais”, ao decretar [...], que 50% das vagas devem ser reservadas para alunos com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio, além disso, vagas devem ser reservadas para estudantes negros, [...]. (ALVES; CASALI, 2021).

Nessa direção, tratando mais especificadamente das mulheres negras, já são inúmeras as dificuldades de as mesmas conseguirem chegar ao curso superior e de poder se manter nele. Diante disso, a falta de recurso financeiro para a permanência dessas estudantes nas IFS torna essa questão ainda mais difícil, pois surgem como obstáculos na redução das desigualdades raciais (VAZ; MELLOII, 2020), além de propiciar o abandono da universidade, já que a maioria dos indivíduos negros de acordo com Portela; Feres Júnior e Freitas (2020), precisam conciliar estudos e atividade profissional, o que também incide como fator dificultador do processo de permanência e sucesso no ensino superior.

Nesses termos, a política pública das ações afirmativas deve ser sempre fortalecida como meio para promover igualdades, como a social, racial e de gênero, pois mesmo que temporárias, buscam minimizar fatores históricos que levaram às suas criações. Nesse sentido, cita Araújo (2020) que a permanência da população negra no ensino superior carece, de um trabalho de integração por parte das instituições de ensino com perspectiva multidisciplinar.

Nessa situação, é importante destacar que algumas condições se fazem necessárias para a permanência de alunas negras na universidade, como recursos para arcar com custo de materiais, alimentação, transporte, etc., para que não seja esse o motivo, como menciona Santos (2009), para procurar outras formas de assegurar sua permanência na universidade, como trabalhar no período inverso ao

curso, o que acaba limitando sua participação no ambiente universitário e impactando na sua permanência simbólica.

Santos (2009) denomina que há condições de permanência material e permanência simbólica, e cita que é importante destacar que algumas condições se fazem necessárias para a permanência de alunos negros na universidade, a permanência material que é preciso satisfazer necessidades objetivas de existência, ou seja, cada estudante precisa arcar com custo de materiais, alimentação, transporte etc. Por esse motivo, estudantes optam por procurar outras formas de assegurar sua permanência na universidade, como trabalhar no período inverso ao curso, o que acaba limitando sua participação no ambiente universitário e impactando também a permanência simbólica (SANTOS, 2009).

Outra desvantagem em relação as estudantes (1 e 2) cotistas que não recebem ajuda financeira, seria o “tempo” sem o benefício, o que pode propiciar atrasos no tempo do curso, conseqüentemente, interferir no crescimento educacional dessas mulheres que muitas das vezes, são as primeiras de suas famílias a terem um curso superior, e depois vem suas perspectivas no acesso ao mercado de trabalho futuro. Seguindo essa mesma visão, cita Santos (2009) que estudantes cotistas sofrem discriminação racial e social, portanto, o processo para assegurar sua permanência impacta também em sua formação, considerando-se, que os estudantes mais pobres e negros que ingressam na universidade são, na maioria das vezes, os primeiros de suas famílias a estarem nesta posição, o que gera um certo estranhamento nestes, por se sentirem que não fazem parte deste espaço. Nesse caso, tão importante quanto as condições materiais para permanência de estudantes cotistas no ensino superior, como esclarece Silva (2020, p. 2)

é investir em “debate sobre a produção teórica, as práticas educacionais, a cultura acadêmica e o currículo das escolas e das universidades, e a valorização da história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas”. (SILVA, 2020, p. 2).

Diante do resultado ora apresentado pelas estudantes investigadas, demonstra o observado por (ALVES; CASALI, 2021), que mesmo que as ações afirmativas tenham alterado os índices de ingresso na universidade, se faz importante analisar a diferença existente nas condições de permanência na universidade para estudantes brancos e negros. Para reforçar essa visão, Toaldo;

Zaiosc e Santos (2022) defendem que as políticas educacionais devem atentar-se para as dinâmicas sociais externas à universidade, as quais geram impedimento no desenvolvimento pleno da trajetória acadêmica das/os estudantes ou sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

Outro motivo a citar que possa impactar a permanência na universidade, está relacionado com o estado civil das/os estudantes, que por vezes, esse importante fator é decisivo para o futuro desses sujeitos. No caso da pesquisa, no que tange ao estado civil das entrevistadas (Professoras 1 e 2; Estudantes 1 e 2), destas, com exceção da professora 1, que é casada, e com três filhos, as demais (a professora 2 e as estudantes 1 e 2) se autodeclararam ser solteiras e sem filhos. Dito isto, pode-se considerar que as professoras 1 e 2, estejam numa posição mais favorável por estarem acobertadas pela sua estabilidade profissional e financeira.

Nas palavras de Soares e Silva (2021), apesar das mudanças visíveis no âmbito universitário quanto à inserção de negros/as nos diversos espaços antes quase exclusivos para pessoas brancas temos que nos questionar, que mudanças estruturais ocorridas ou em curso para que, de fato, os corpos negros deixem de ser [...], os excluídos, os violados e os indesejáveis diante de uma sociedade que tem como elemento estruturante, o racismo. Por outro lado, reações de espanto e incômodo ainda são direcionados a esses indivíduos, caso ocupem um “espaço” que material e ideologicamente não foi pensado para eles.

Quanto as estudantes (1 e 2), por não possuírem o mínimo para se manterem em pleno desenvolvimento no curso, se tornam mais vulneráveis a algumas decisões, como por exemplo a de desistir do curso. Pois, assim como as demais, as mesmas também dependem do auxílio estudantil (que têm por direito) para permanecerem no âmbito educacional, pois muitas das vezes, por causa da situação financeira precária, precisam trancar o curso para trabalhar e complementar renda das suas famílias, o que acaba por comprometer o avanço na faculdade. Sendo este um dos motivos da redução da representação de mulheres na educação superior. De acordo com Silva (2016a), muitas lutas ainda são travadas pelas mulheres negras, para que consigam conquistar seu espaço na academia, visto que a lógica da estrutura social dos papéis (como o do cuidado, do lar e dos filhos, e na disputa de poder e consequências dos processos históricos) reforçam a discriminação de raça e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se com esta pesquisa, que no Curso de Serviço Social do CCJS/ UFCG, Campus Sousa, as mulheres negras encontram-se bem representadas nas categorias discentes e docentes. Contudo, apesar dos avanços ao longo do tempo na democratização das relações sociais, ainda persistem assimetrias nas relações de poder, nos cargos ocupados, com tensões entre os espaços crescentes das mulheres nas distintas esferas da sociedade universitária.

Os números são representativos como discente, tornando-se um caso isolado da UFCG, porém, apresentam timidez por categoria no Curso de Serviço Social desta instituição, fato comprovado pela pouca representatividade na docência, bem como nas categorias técnico administrativo e terceirizada, quando não tiveram a representação do gênero feminino nem da raça negra, o que pode representar que as tradicionais concepções do feminino pré-definidos historicamente, ainda permeiam as práticas sociais, além de remeter à clássica divisão sexual do trabalho.

A representação na Docência, significa que estar na universidade é sinônimo de resistência, representatividade e visibilidade, em meio a tantas lutas para alcançar o seu espaço, pois cada conquista tem significado singular, além de propiciar o seu empoderamento.

Já na representação Discente, essas demonstraram ter consciência das políticas de cotas e da sua importância para o acesso ao ensino superior, assim como das políticas educacionais que possibilitam a sua permanência como cotistas na universidade para o desenvolvimento pleno da trajetória acadêmica.

Compreende-se com os dados, que ainda estamos longe de ter uma universidade com acesso universalizado, quando a identidade dos docentes e discentes das instituições de ensino superior (IES) públicas ainda sofre fortes repercussões tanto pelas transformações no posto do trabalho, quanto pelas transformações ao processo de expansão das instituições no Brasil.

Segundo a literatura, há séculos as portas estiveram fechadas para os negros nas universidades brasileiras, causando o estranhamento quanto à sua permanência no espaço universitário, negando humanidade e competências. Para tanto, a sua representatividade nos cargos acadêmicos, na docência a gestão, como revelada

nesta pesquisa, indicam possibilidades (de realização, valoração e competências), na vida dessa população, ainda alijada de direitos.

Destarte, a universidade é vista como um espaço de poder, que reflete as relações sociais hierarquizadas da sociedade, de modo que o acesso, permanência e representatividade, coloca-se nesse espaço como desafiadora e trouxe várias questões relevantes sobre desigualdades e os diferentes modos de enfrentamento na realidade brasileira.

Considerando-se como uma estudante negra e por representar as docentes que também protagonizaram esse estudo, e assim como as demais mulheres negras que compõem o Curso de Serviço Social do CCJS/UFCG, como uma universidade pública, é de fundamental que esta instituição construa instrumentos de escutas do seu público, para que conheçam a importância da sua representatividade nos diversos espaços desta no combate do racismo, que também está na invisibilidade e na ausência dessas pessoas nas determinadas esferas sociais.

Desse modo, é preciso pensar a inclusão das mulheres negras nas universidades como uma forma de quebrar, mesmo que gradativamente, os elementos que as distanciam do direito de ocupar esses espaços. E que ela seja vista como um espelho para outras mulheres negras que precisarão se sentir contempladas por acreditar que uma delas conseguiu chegar, lembrando-se da luta árdua contra o racismo e sexismo que insiste em torná-las invisíveis, e para ajudar nesta luta, a representatividade é tudo.

Portanto, as desigualdades de gênero e racial precisam ser vencidas em todos os espaços da sociedade, sendo um deles a universidade, que como espaço de formação política, necessita trazer essa discussão para suas práticas educativas. Diante dessa necessidade, esta pesquisa cumpre com sua parte desde o momento que indagou mulheres negras, visando conhecer acerca de suas reflexões nos espaços que ocupam no Curso de Serviço Social do CCJS/UFCG, Campus Sousa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Vanessa Kolmar; CASALI, Caroline. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. In: **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 37, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente%20SOS/Downloads/45110-137566-1-PB.pdf>

ARAÚJO, Jéssica de Oliveira. **Desigualdades educacionais no ensino superior [manuscrito]:** uma análise da política de reservas de vagas raciais em cursos de Pedagogia, Medicina e Engenharia da UFOP. Monografia (Licenciatura) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia. 2020. 87 f.: il.: gráf., tab.. + Quadros. + Figura.

ARBOLEYA, A.; MEUCCI, S. Trajetórias de docentes negros no ensino superior brasileiro e a construção de significados REA e XIV ABANNE, 2016, Maceió. **Anais [...]**. Maceió, AL: UFAL, 2016. Disponível em: <<http://www.evento.ufal.br/anais/reaabanne/>. 2020.>

BACKES, V. F.; THOMAZ, J. R.; SILVA, F. F. Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero Pampa. In: **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, Inhumas, v.9, n.2, p. 166-181. Disponível em: <<http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/download/354/173>>

BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis. **A situação das mulheres na educação profissional de nível médio:** uma análise dos dados do censo escolar 2001-2006. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BONINI, A. Jornal escolar: gêneros e letramento midiático no ensino-aprendizagem de linguagem. In: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 149-175, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v11n1/v11n1a09>>.

BORSA, J. C.; FEIL, C. F. **O papel da mulher no contexto familiar:** uma breve reflexão. Psicologia, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf>>.

BOURDIEU, P., **A escola conservadora:** as desigualdades frente à cultura, em Nogueira, M. A.; Catani, A., Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRITO, A. E. C. A balança de Efa: uma análise quantitativa de raça e gênero sobre a inserção de negros e negras (2016-2017). In: **Revista Gênero**, Niterói, v.18, n.1, p. 06-25, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/jun.2020>>.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS

SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. **Mulheres e educação: gênero, raça e identidades**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2015. 183 f.

CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia. **História e cultura afrobrasileira**. 2003. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/educacao/noticias-de-educacao/786-historia-e-cultura-afrobrasileira>>.

CARREIRA, D. *et al.* **A educação e a política de desenvolvimento: o permanente desafio de superação das desigualdades educacionais**. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/14490708/A_EDUCA%C3%87%C3%83O_E_A_POL%C3%8DTICA_DE_DESENVOLVIMENTO_o_permanente_desafio_de_supera%C3%A7%C3%A3o_das_desigualdades_educacionais>

CARREIRA, Denise *et al.* A educação e a política de desenvolvimento: o permanente desafio de superação das desigualdades educacionais. In: CARVALHO, Maria Eulina P. de; RABAY, Glória. **Gênero e educação superior: apontamentos sobre o tema**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CARVALHO, M. E. P. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. In: **Revista Ártemis**, João Pessoa, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2364/2068>>.

CARVALHO, M. R. V. Perfil do professor da educação básica. Brasília, DF: INEP, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1473981>.

COELHO, W. B. **Docência e relações étnico raciais docência e relações étnico raciais no ensino superior: algumas reflexões**. 2003. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar8/OLHAR8_11.pdf>.

CRISOSTOMO, M. A. S.; REIGOTA, M. A. S. **Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas**. Avaliação (Campinas), 93-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772010000200005&lng=2020>.

CRUZ, Maria Helena Santana. Questões sobre as Diferenças de Gênero no Ensino Superior. In: **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 28, n. 1, p. 114-137, 2019.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: **Revista Brasileira**. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

EUCLIDES, M. S.; SILVA, S. P. S.; SILVA, J. Quando se é mulher, negra, doutora e professora universitária: uma travessia REA e XIV ABANNE, 2016, Maceió. **Anais [...]**. Maceió, AL: UFAL, 2016. Disponível em: <<http://www.evento.ufal.br/anaisrea>>

abanne/. 2020.>

FERNANDES, Claudia Monteiro. **Desigualdades raciais e de gênero na educação superior no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021. 245 f.: il.

FERNANDES, Claudia Monteiro. Ações afirmativas como política de combate às desigualdades raciais e de gênero na educação superior brasileira: resultados das últimas décadas. In: **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais**. Vol. 5, n. 1, 2022.

FERARRI, T. **Mulheres são a maioria nas universidades**. 2013. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2013/01/mulheres-sao-a-maioria-nas-universidades>>.

FIGUEIRA, M. S. **Experiência e pesquisa: racismo, relações de poder, educação e arte**. 2017. Dissertação (Mestrado Educacional), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/>>

FILHO, A. M. **Relações de poder e dominação no processo educativo**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91270>>.

FILHO, N. T. A educação como fonte e forma de poder. In: **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-como-fonte-e-forma-de-poder>>.

FISCHER, B. D. **A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970)**. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 3, p. 324–335.

FONSECA, Marcus Vinicius. Entre o cativo e a liberdade: a educação das crianças escravas nos debates sobre a Lei do Ventre Livre. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor, Palhares (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011.

GONÇALVES, R. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. In: **Poiésis**, Tubarão, v.12, n. 22, p. 2018. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiésis/article/view/7358>>.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. In: **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 2018a, Vol. 19, No. 1, 7-17. Disponível em: <DOI: <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7>>.

INFORMATIVO ELETRÔNICO DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFF. COMUNICA. **Qual a importância da representatividade negra nas universidades públicas?** Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://www.uff.br/sites/default/files/sites/default/files/imagens-das-noticias/comunica_26-11-20.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil 2018. Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/livros/liv101681_informativo>.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-2020>>.

LARBONE, A. A. **Trajatória de docentes do ensino superior: ações afirmativas no contexto da Universidade Federal Diversidade: Estudos e pesquisa**. Recife: UFPE/MEC-SECAD, 2009.

LIMA, Márcia. A trajetória educacional e a realização socioeconômica das mulheres negras. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 489-495, 1995. Disponível em: <<https://journal.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16467/15037>>.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, M. **Trajórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015. p. 163-189.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulado gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, I. D. M. Dominação, relações de gênero e trajetórias de elevação da escolaridade. In: **Revista Sociais & Humanas**, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27279>>.

MORENO, A. C. **Negros representam apenas 16% dos professores universitários**. 2018. G1 - Educação, <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS et al (Org.). **Direitos humanos no Brasil 3: diagnóstico e perspectiva**. Passo Fundo, 2012. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/728_relatorio_periodico_dh_3.pdf>.

NOGUEIRA, A. M. R. O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina. In: Seminário Internacional Women's Worlds Congress, 2017. Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, Disponível em: <http://www.enwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469299_ARQUIVO_FazendoG_enero2017.pdf>

NUNES, Danilo Henrique; PINA, Selma Tomé; SILVA, Juvêncio Borges. A representação feminina nas universidades e a concreção da cidadania. In: **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas Santo Ângelo**. v. 21, n. 41, p. 159-

173, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente%20SOS/Downloads/634-Texto%20do%20Artigo-2094-1-10-20211217.pdf>

ONU. CESCR. **Observações finais do Comitê de direitos médicos, sociais e culturais**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2009.

PEREIRA, Marcela Schild. **Representatividade negra na universidade**: uma ferramenta na luta antirracista. 2020. Disponível em: <<https://www.unisc.br/pt/noticias/representatividade-negra-na-universidade-uma-ferramenta-na-luta-antirracista>>

PIRES, M. F. C. **Docentes negros na universidade pública brasileira**: docência e pesquisa como resistência e luta. 2014. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/>>.

PORTELLA, Tânia. **Boletim Seta 01 – Desigualdade de gênero e raça na educação brasileira**. 2022. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/boletim-seta-01-desigualdade-de-genero-e-raca-na-educacao-brasileira/#>>

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O Negro e a Universidade Brasileira. In: **Historia Actual Online (HAOL)**, Núm. 3 (Invierno, 2004), 73-82, 2004.

RICCIARDI, A. Os 11 talentos femininos. In: **Revista Vida Executiva**, São Paulo, v. 4, n. 38, p. 16-20, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil. In: **Revista Enfoques e Abordagens**, São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11411/8316>>.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica. 1987.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

SANTOS, I. Jairo; MATOS, P. Modesto; FRANÇA, D. Xavier de. A raça e o gênero na docência do ensino superior. **Anais Educon**, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 10, p. 2-18, 2020. Disponível em: <<https://www.coloquioeducon.com/>>.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, C. N. R. et al. As mulheres no mercado de trabalho. In: **Iniciação Científica**, Varginha, v. 1, n. 8, p. 25-36, 2010.

SILVA, M. L. **Memória dos professores negros e negras da Unilab: tecendo saberes e práxis antirracistas**. 2016. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1537>>.

SILVA, ALESSANDRA NASCIMENTO. **Presença da mulher negra na docência do ensino superior: discutindo relações de gênero e relações raciais**. (Monografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2016a, 70p.

SILVA, M. Coletivos negros e a educ(ação). **Alice News**, 2020. Disponível em: <<https://alicenews.ces.uc.pt/?lang=1&id=31285>>.

SOARES, J. dos S.; CARVALHO, A. M. Mulher e mãe, “novos papéis”, velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. esp., p. 39-44, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722003000300006>.

SOARES, C. B.; SILVA, F. F. Professoras universitárias negras rompendo a fronteira da invisibilidade. In: VII Seminário Natal. **Anais** [...]. Natal, RN: UFRN, 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/35.pdf>>

SOARES, Maria Raimunda Penha; SILVA, Rebeca Ribeiro da. **Educação antirracista nas universidades públicas: novos sujeitos, velhas estruturas e demandas além das cotas**. O Social em Questão - Ano XXIV - nº 50, 2021. Disponível em: <10.17771/PUCRio.OSQ.52293>

SOTERO, Edilza Correia. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo**. In: MARCONDES *et al.* (orgs.) Dossie Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. p.35-52. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978>.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** Natal, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>.

TAKAHARA, Aline Lago; MENDES, Ana Maria Pereira Coelho; RINALDI, Giullia Paula. **Mulher na educação superior: alguns apontamentos para o debate**. Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC 2015-2016 FAE Centro Universitário. Núcleo de Pesquisa Acadêmica – NPA. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente%20SOS/Documents/PASTA%20CLIENTES/ROSANA%20TCC/Trabalhar%20com%20esse%20material/Pesquisados/Acr%C3%A9scimo/233-515-1-SM.pdf>>.

TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. In: **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 4, 1985. Disponível em: <<https://www>>.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>>.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor, Palhares (Org.). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação**. Vitória: Edufes, 2011.

VELOSO, S. **Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos**. UnB Notícias, 2018. Disponível em: <<https://fga.unb.br/unb-gama/unb-agencia/aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>>.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero na docência. In: **Cadernos Pagu**, [online], n. 17-18, p.81, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. In: **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2.pdf>>.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>>.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO

DECLARAÇÃO FORNECIDA PELA COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
Unidade Acadêmica de Direito
Curso de Serviço Social

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, a Coordenação do Curso de Serviço Social forneceu, a aluna Rosana Lúcia da Silva Gomes, matrícula 318130273, as seguintes informações pertinentes à seu questionário de Trabalho de Conclusão de Curso: Quantidade de docentes (7), das quais (2) são negras; Quantidade de discentes (122), das quais (44) são negras; Quantidade de técnicas administrativas (0); Quantidade de terceirizadas (1), pela qual não é negra. O Trabalho de Conclusão de Curso é intitulado "MULHERES NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFCG (CAMPUS SOUSA)".

Sousa, 15 de dezembro de 2022.



José Francisco Pereira
Matrícula SIARE: 2425929
Auxiliar em Administração

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO/ENTREVISTAS – TCC



QUESTIONÁRIO/ENTREVISTAS – TCC

MULHERES NEGRAS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFCEG (CAMPUS SOUSA)
ENTREVISTA COM TÉCNICAS-ADMINISTRATIVA
Dados Socioeconômico:
Nível de Escolaridade
Cargo Ocupado.....
Estado Civil.....
Tem Filhos?.....Quantos?.....
Qual a Renda Média?.....
ENTREVISTAS COM TERCEIRIZADAS
Dados Socioeconômico:
Nível de Escolaridade
Cargo Ocupado.....
Estado Civil.....
Tem Filhos?.....Quantos?.....
Qual a Renda Média?.....
ENTREVISTAS COM DOCENTES
Dados Socioeconômico:
A Quanto Tempo Atua Como Docente ?.....
Cargo Ocupado.....
Estado Civil.....
Tem Filhos?.....Quantos?.....
Qual a Renda Média?.....
ENTREVISTAS COM DISCENTES
Dados Socioeconômico:
Estado Civil.....
Tem Filhos?.....Quantos?.....
Qual a Renda Média?.....
Recebe Auxílio Estudantil?.....